SEKELEKANI
Comunicação para o desenvolvimento

LIGAÇÕES DE GÉNERO 2017

Célia Sitoe, Iracema Bila e Palmira Velasco

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 2

INDÚSTRIA EXTRACTIVA 3

RAPARIGA 20

AMBIENTE 34

Ficha Técnica

Título: **Ligações de Género 2017**
Editor: **Tomás Vieira Mário**
Autores: **Célia Sitoe, Iracema Bila e Palmira Velasco**
Layout: **Tomás Queface**

Nota Introdutória

Pesquisar e trazer ao conhecimento público assuntos pertinentes ao desenvolvimento da mulher, numa perspectiva de relações de género, é um dos principais focos programáticos do SEKELEKANI.

Se é verdade que a perspectiva de género é transversal a todas as áreas programáticas da nossa instituição, nomeadamente: Democracia e Governação; Indústria Extractiva e Ambiente; e Comunicação Social e TICs, o certo é que promovemos, adicionalmente, actividades específicas, através das quais procuramos tornar mais visíveis questões como:

- A mulher e a indústria extractiva;
- Impactos das mudanças climáticas sobre a mulher e a criança
- Direitos Sexuais e Reprodutivos da Rapariga, entre outros.

Assim, ***Ligações de Género***, uma nova publicação anual do SEKELEKANI segue nesse caminho.

A presente publicação é uma compilação dos artigos de pesquisa mais expressivos, produzidos e publicados por pesquisadoras do SEKELEKANI em 2017, em torno daquele subgrupo de assuntos específicos, reflectindo realidades de comunidades e regiões tão distantes e distintas umas das outras, como: Macanga ou Mualadzi (Tete); Namanhumir ou Machipanda (Cabo Delgado e Mania); Massangena ou Nhamaphaza (Sofala e Gaza).

No seu conjunto, os artigos que integram esta coletânea, expõem, uma vez mais, a grande vulnerabilidade a que a mulher está sujeita, perante fenómenos como: violência de motivações políticas; mudanças climáticas; migrações humanas desordenadas; ou tradições impondo-lhe práticas ou condutas humilhantes, baseadas no mito da superioridade do homem.
É nossa expectativa que a coletânea venha adicionar valor aos esforços do Estado e de toda a sociedade, visando elevar o estatuto social da mulher moçambicana, rumo à igualdade de género.

Prof. Doutor Jamisse Uilson Taimo
Presidente do Conselho Consultivo do SEKELEKANI

Maputo, Dezembro de 2017

1 Indústria Extractiva

Mulher e Indústria Extractiva desencontrados

A posição da mulher na Indústria Extractiva em Moçambique ainda está longe de ser considerada satisfatória. Constrangimentos de natureza sociocultural e legislativa podem ser apontados como as principais causas deste quadro. Com efeito, para além do bloqueio ao mundo laboral, imposto por tradições discriminatórias, a legislação pertinente também não oferece estímulos a uma participação mais activa da mulher na actividade extractiva, incluindo na mineração artesanal, de pequena escala. Uma pesquisa que SEKELEKANI realizou nos meses de Julho e Agosto de 2017, nas províncias de Tete e Cabo Delgado, expõe os bloqueios de que a mulher tem sido víctima.

Burocracia impede registo de associações de mulheres

De forma particular, a pesquisa constatou os altos índices de analfabetismo entre as mulheres; as complexidades burocráticas para a legalização de associações de mulheres nas zonas rurais e a sobrecarga do trabalho doméstico, nomeadamente de prestação de cuidados aos filhos e aos mais velhos como algumas das causas mais comuns que excluem a mulher de beneficiar de oportunidades de trabalho ou de negócios em torno de empreendimentos extractivos.

Nas regiões centro e norte do país onde há maior ocorrência de empreendimentos de extração mineira de pequena e de grande escala, a mulher encontra maior espaço na mineração artesanal, nomeadamente em dois domínios: ou na confeção de alimentos para os homens que escavam à procura de pedras preciosas ou semipreciosas, ou na extracção de brita para a construção, negócio de rendimento baixo comparativamente à extração de ouro e de pedras preciosas, onde os homens predominam.

Maria Kussaia, agente paralegal (treinada com conhecimentos básicos de direito), na Província de Tete, disse durante a Conferência da Sociedade Civil sobre Desenvolvimento Sustentável da Industria Extractiva - o Nkutano II- realizada em Agosto de 2017, na Província de Tete, que cerca de 20 mulheres que trabalham desde o ano de 1985 na Pedreira de Moatize, estão agora impedidas de continuar a executar as suas actividades, agora consideradas ilegais.

Impossibilitadas de se deslocarem ao campo para a realização de actividades agrícolas, durante o conflito armado de 16 anos, este grupo de mulheres iniciou a exploração da mina de pedra em 1985. Segundo Kussaia, após a concessão da pedreira à empresa CETA Construções, o grupo de mulheres perdeu o direito de britar pedra, limitando-se agora a recolher a pedra que cai depois da empresa fazer explodir rochas com recurso a dinamite. Assim, a quantidade de pedra que as mulheres conseguem juntar já não é suficiente para que o negócio flua como acontecia antes.

Kussaia diz que faz tempo que está no processo de juntar documentação para o grupo se organizar em associação, mas torna-se muito complicado por causa da burocracia.

" Na zona de Macanga, também há muitas mulheres que estão há muitos anos a fazer o negócio de venda de pedras e não estão organizadas em qualquer associação. Já tentei várias vezes pedir audiência com o Presidente do Município para pedir autorização, mas não sou recebida", desabafa Maria Kussaia.

A posição subalterna das mulheres nas zonas mineiras, como é o caso da Província de Tete explica-se, por um lado, pelo facto de a taxa de escolaridade da mulher ser muito baixa, o que as impede de encontrar emprego formal. O facto de a mulher assumir maior responsabilidade sobre o trabalho

Mulheres na indústria extractiva sem benefícios merecidos

doméstico e cuidados da família (das crianças e dos mais velhos) também limita o tempo dela dedicar-se ao trabalho fora de casa.

Ali Chaucate, da Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAAJC), na Província de Tete, considera que o primeiro problema que afecta a mulher é a falta de acesso a recursos naturais de subsistência, como por exemplo, a lenha e a água potável para poder gerir o seu dia-a-dia. Em Tete, a maioria das comunidades beneficiava da água dos rios, cujos leitos, com a falta de chuva, secaram. Mas existe ainda o problema da poluição da água dos rios em consequência da mineração (T.Mario e I. Bila, 2015) .

Chaucate diz que a regularização de associações de mulheres tem sido muito difícil porque as associações são irregulares e a respectiva Lei das associações não considerou a especificidade das zonas comunitárias rurais.

Já na província de Cabo Delgado SEKELEKANI conversou com Albertina Manjolo, membro da associação mineira "7 de Abril". Albertina é viúva e teve que migrar de Maputo à procura de soluções para sustentar a família. Ela resume a sua estória da seguinte forma: "Depois de perder o meu marido tive que abandonar a cidade para olhar pela vida. Iniciei viagens de longo curso para a compra de cereais para vender nos mercados de Xipamanine e de Xiquelene".

Mas ao longo do tempo o negócio não estava a ser rentável por várias razões e sobretudo por causa da instabilidade político-militar que fez com que não houvesse condições para deslocações do Centro para o Sul e vice-versa.

Foi nessa altura que Albertina instalou-se na Província de Cabo Delgado e recebeu convite de amigas para explorar ouro e integrar-se numa associação mineira. Para além de ser sócia está no processo de obtenção de DUAT para uma área para a prática da agricultura.

Água e lenha mais longe e mais escassos

Por seu lado, as mudanças climáticas condenam duplamente a mulher, pois obrigam-na deslocar-se para mais longe à procura de água e de lenha. Essa deslocação consome-lhe mais tempo em relação ao que despendia quando os rios e as fontes tinham água.

Igualmente, a circulação "caótica" de dinheiro em zonas onde ocorram projectos extractivos, nomeadamente quando as empresas pagam alguma indeminização por danos, tem também sido causa de desestabilização social, com impacto sobre a mulher: em Tete foram reportados casos em que, após receberem algum dinheiro de indeminização, alguns homens abandonam o lar, deixando a mulher e os filhos à sua sorte. Por vezes, eles vendem parte do património familiar, à revelia da mulher, que fica desamparada com filhos menores.

Algumas bases históricas das relações de género em Moçambique

Segundo o Estudo sobre Diferenciação Etnolingística em Moçambique, (Antropologia II, 2010), a socialização do povo tem muito a ver com as suas origens. O povo moçambicano é maioritariamente de origem Bantu e tem como principais grupos etnolinguísticos: Cheua, Chona e Tsongas.

Este estudo ajuda a perceber as divisões de trabalho entre homens e mulheres, bem como as relações de Género que hoje afectam de forma negativa a mulher, quando se fala do seu enquadramento e desenvolvimento social, político e económico em Moçambique.

Diz o mesmo estudo que a região a Sul do Zambeze por apresentar condições propícias para a domesticação de animais, sobretudo de gado bovino, aliado a infertilidade do solo, conferiu ao homem poder sobre a mulher, começando assim, a diferença no tratamento do Género.

Entretanto, a zona norte do Zambeze, a presença da mosca do sono (mosca Tsé-Tsé), impediu numa primeira fase, a prática da pecuária, sobretudo do gado bovino, privilegiando a prática da agricultura, actividade que maioritariamente é praticada pelas mulheres, o que teria originado as comunidades matrilineares.

Assim, a prática da agricultura conferiu à mulher poderes sobre o homem.

Os filhos do casal pertencem ao grupo de parentesco da mãe e só as mulheres é que transmitem o parentesco. Os bens e poderes são herdados por via materna. No casamento, na sociedade matrilinear, o homem fixa a sua residência junto da família da mulher, isto é, o casamento é matrilocal. Neste contexto, as funções políticas e jurídicas são desempenhadas pelo tio materno.

Por seu lado, as sociedades patrilineares desenvolveram-se no sul do Zambeze. Devido à prática da pastorícia, pelo homem, este adquiriu poderes sobre a mulher. O estatuto de filho pertence à família do homem. A herança dos bens e poderes é feita por via paterna, do pai para filho. O casal fixa a sua residência na casa do marido, ou por outra, o casamento é patrilocal.

Estas duas formas de organização ditam a maneira como a mulher é vista na sociedade. Mas quer na sociedade matrilinear, quer na patrilinear, a mulher não tem poder de decisão e nas duas sociedades ela apenas é responsável pelos afazeres domésticos, pela procriação e pela prestação de cuidados aos filhos e à família em geral. Durante a Luta de Libertação Nacional emergiram as primeiras políticas de promoção da mulher moçambicana, que começou a despertar e a lutar pela igualdade de direitos em todos os domínios: político, social e económico. Mas é uma luta ainda longe da victória total.

Na Indústria Extractiva

Inclusão da mulher é imprescindível

"Defendamos o psíquico da mulher e não a fisionomia. Olhar para a mulher como um ser humano fraco, está errado. Ela é capaz sim, de ombrear com o homem, desde que lhe seja dada oportunidade de demonstrá-lo". Defende Manuel Mfulutoma, da Associação Juvenil para o Desenvolvimento Comunitário de Angola (AJUDECA), que há 23 anos trabalha na defesa dos direitos humanos nas zonas de exploração mineira, tendo como grupo-alvo mulheres, raparigas e crianças.

Onde a mulher trabalha a criança está presente

Esta defesa à mulher foi co-substanciada por alguns participantes de um curso de capacitação sobre Comunidade Saúde e Ambiente, no contexto do Programa de Desenvolvimento Mineiro, oferecido pela União Europeia em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), realizado, recentemente, na Cidade de Maputo.

A capacitação contou com 44 participantes, (15 mulheres e 29 homens) provenientes de 10 países, nomeadamente Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Moçambique, Namíbia, Ruanda, Sudão, Suazilândia e Zimbabwe. De salientar que dos 10 países, cinco delegações eram compostas apenas por homens.

Embora o desequilíbrio de Género se tenha notado entre os participantes, notou-se, contudo, algum equilíbrio no debate do tema sobre Género, Relações Comunitárias, Diálogo e Direitos, já que quase todos defendiam o enquadramento da mulher na indústria extractiva, a todos os níveis, na pequena, média e larga escala.

Houve porém homens defendendo que as mulheres, na indústria extractiva, não têm capacidade de seguir e progredir na carreira porque quando estão perante trabalho declinam e justificam que é muito pesado para elas. Segundo alguns participantes, as mulheres escolhem o tipo de trabalho que querem executar.

Apesar de o debate referir-se à indústria extractiva nas três dimensões, larga, média e pequena escala, foi a mineração artesanal que mais se destacou ao longo de conversas de corredor e de café.

É sobejamente sabido que existem em África muitos países ricos em recursos minerais, contando, ao mesmo tempo, entre aqueles com maiores índices de pobreza do mundo. A riqueza tornou-se a maior causa de desestabilização, desde os conflitos de terras às guerras civis que provocam milhares de mortes, devastam economias e sobretudo causam muita pobreza às comunidades com graves consequências para as mulheres, raparigas e crianças.

Mulheres lavando areia

Segundo Manuel Mfulutoma, o empoderamento da mulher tem quatro (4) fases, que começam com a sua alfabetização; seguindo-se a promoção do negócio de sobrevivência, o programa de desenvolvimento académico e, finalmente, a sua introdução no sistema de tomada de decisões. Estas quatro fases, segundo Mfulutoma, são imprescindíveis para que as mulheres tenham poder de tomada de decisão desde a base até ao topo.

Muito antes de Angola falar massivamente sobre a perspectiva de Género, a AJUDECA já trabalhava no empoderamento da mulher de tal modo que muitas das que passaram pela sua organização já estão em lugares de tomada de decisão a nível nacional, destacou Mfulutoma, acrescentando que a sua organização usa as técnicas educativas do pedagogo brasileiro Paulo Freire.

"Capacitamos para a promoção das associações de mulheres para mulheres. Isto é, funcionámos como um centro de formação de mulheres formadoras que fazem a réplica nas respectivas comunidades AJUDECA estima ter capacitado 934 mil mulheres de 17 províncias de Angola.

Porquê trabalhar com mulheres?

É paixão pessoal de Manuel Mfulutoma trabalhar na promoção da mulher porque a sua tese de defesa de mestrado intitulou-se "O Percurso da Mulher - do Ventre ao Órgão Decisório." Denota-se no seu semblante e nas suas palavras a seriedade com que toma os assuntos de Género, principalmente a defesa dos direitos da mulher.

Esta defesa aos direitos da mulher tem uma causa. Manuel Mfulutoma é natural de Uíge, norte de Angola, província fronteiriça com a República Democrática do Congo. É filho de um militar e a sua mãe engravidou aos 13 anos. Sendo menor de

idade, não tinha nem recursos nem maturidade para tomar conta do filho, e assim Mfulutoma cresceu sob os cuidados da avó. Tendo crescido praticamente com a mãe, tratava-a por "mana", na extrema pobreza em que a família vivia. Apenas aos 18 anos é que explicaram Manuel que aquela que ele chamava de "mana" era a sua verdadeira mãe, sendo avó a mulher que ele tratava por "mãe", e bisavó a que ele tratava por "avó." Durante a sua vivência com as três "mulheres da sua vida" (conforme ele as chama), ele não notava qualquer diferença em termos de relações sociais de trabalho.

Manuel foi cumprir o Serviço Militar Obrigatório em 1989 onde, segundo conta, tinha muita disciplina militar. Quando fosse a lugares onde encontrasse mulheres ou raparigas a sofrerem ele perdia toda a vontade de continuar a marcha porque revivia todo o seu passado. Numa das vezes que os militares passaram por uma comunidade devastada pela guerra e ele viu mulheres idosas no sofrimento, Manuel teve que explicar a sua infância aos comandantes que compreenderam a sua posição

Quando saiu do serviço militar obrigatório entregou-se à igreja como refúgio para minimizar as suas mágoas e emoções. Diz que foi aí onde ele descobriu que a maioria das mulheres que sofreram as consequências da guerra tinham muita vontade de aprender e de trabalhar, mas não tinham condições. Pelo contrário, diz ele, os homens tinham condições, mas não tinham vontade de fazer seja o que fosse.

Foi daí que ganhei paixão pelos assuntos de Género , conta Manuel Mfulutoma, que já tem dois livros escritos "O Percurso da Mulher – do Ventre ao Órgão Decisório" e "Experiência dos 28 Ataques de Guerra." Os dois livros estão em edição no Brasil. Entretanto já está na forja o terceiro livro

intirulado o "Movimento da Sociedade Civil Angolana. Embora não tenha sido particularmente feliz no seu primeiro casamento, pois, segundo ele, a esposa o abandonou quando ficou desempregado, Manuel Mfulutoma não mudou de ideais. Continua firme na defesa da causa e dos direitos das mulheres.

Manuel Mfulutoma, defensor dos direitos das mulheres

Impactos da extracção de rubi sobre a mulher e a rapariga em Namanhumbir

Vista parcial de Namanhumbir - Sede

A extracção do rubi – uma das mais preciosas e cobiças pedras do mundo - na localidade de Namanhumbir, Distrito de Montepuez, Província de Cabo Delgado -ainda está muito longe de beneficiar as mulheres, raparigas e crianças locais.

Em seis leilões consecutivos de rubi, efectuados nos últimos quatro anos no estrangeiro, a empresa Gemfields, detentora de 75% das acções da Montepuez Rubi Mining, arrecadou um total de 195 milhões de dólares, porém sem qualquer impacto na melhoria das condições de vida das mulheres e da comunidade local de uma forma geral. Pelo contrário, a preciosa pedra tem, para as mulheres e a maioria da comunidade local, as feições de uma maldição, que lhes usurpa terras de cultivo e promove a desintegração de famílias inteiras.

Uma equipa de pesquisa do SEKELEKANI foi ao local com uma pergunta: qual o impacto da mineração do rubi sobre a mulher em Namanhumbir?

A resposta mostra uma localidade pobre do norte de Moçambique, em cinco anos transformada num destino procurado por legiões de cidadãos e cidadãs das mais diferentes nacionalidades e que, perante a circulação de quantias relativamente elevadas de dinheiro "vivo", desestabilizam socialmente a comunidade local, destruindo famílias, provocando divórcios, casamentos prematuros e prostituição, e agravando os níveis de propagação de infecções de transmissão sexual.

Namanhumbir

O Posto Administrativo de Namanhumbir dista a 33 quilómetros da sede do Distrito de Montepuez, Província de Cabo Delgado. Tem 24 aldeias e uma população de 20.140 habitantes, segundo o último senso, de 2007.

Namanhumbir tornou-se famoso a níveis nacional e internacional desde a descoberta do rubi, uma das pedras mais preciosas e valiosas a nível mundial, na década 1990 e cuja exploração iniciou no ano 2009.

Cassiano Cornélio Bernabé, Chefe do Posto Administrativo diz que a população de Namanhumbir cresceu e continua a crescer desde a descoberta do rubi. Ele sustenta que este rubi de Namanhumbir é o melhor do mundo, pois supera em valor as suas "rivais" do Niassa e da Zambézia e ainda da Tanzânia.

Na localidade circulam cidadãos estrangeiros das mais diversas nacionalidades, provenientes da Tanzânia, Malawi, Zimbabwe, Burundi, Congo, Guiné, Paquistão, alem de cidadãos nacionais provenientes de diferentes províncias.

Esta concentração humana quase caótica, representando diferentes culturas e hábitos, acaba por induzir algumas mudanças sociais, económicas e culturais na localidade. Os primeiros sinais de mudança notam-se a nível económico.

Os nativos de Namanhumbir começaram por ganhar algum dinheiro, arrendando suas casas a cidadãos estrangeiros e viajantes temporários. O valor de arrendamento de uma casa pode variar entre 200 e 500 Meticais por quarto ou casa com três divisões, respectivamente.

O comércio também cresceu. O número de barracas, para fins comerciais, ao longo da Estrada Nacional número 14 aumentou e vende-se um pouco de tudo, com destaque para a roupa e calçado de segunda mão (vulgo "calamidade") bem como utensílios próprios para actividades extractivas, como pás, picaretas e coadores de arreia, de fabrico caseiro, entre outros,

O comércio é dominado por homens. São eles que vão às cidades de Montepuez ou de Pemba, adquirir produtos para revender no mercado local. As poucas mulheres que se envolvem no negócio vendem sobretudo água para os mineiros artesanais, vulgarmente conhecidos por garimpeiros.

Usurpação de terras e reassentamento indefinido

A actividade extractiva em Namanhumbir iniciou e alastrou-se desde 2009 sem que antes as populações da área abrangida fossem devidamente expropriadas das suas terras e, consequentemente, indemnizadas, como parte de um processo para a sua remoção da zona e subsequente reassentamento numa nova.

Segundo contam os camponeses locais, em 2013 a Montepuez Ruby Mining usurpou muitas machambas de camponeses, sem qualquer indemnização ou compensação, nem promessa de algum ressarcimento no futuro. "As mulheres já não podem produzir comida e sentimos que a fome vai aumentar", afirma Irene Pedro, membro da Associação Ecurro thja Thiyana (A Força da Mulher)

Por seu lado, o Chefe da Aldeia de Nanune, Rui Armando, afirma que no início a MRM identificou, registou, inscreveu e atribuiu senhas a algumas pessoas para serem indemnizadas por terem perdido suas machambas, mas nada aconteceu desde 2009.

O chefe da aldeia diz ainda que nunca foi convidado a encontros com a MRM e o governo, apenas sabe que Namanhumbir ainda não tem hospital e escola. A explicação oficial é porque a empresa ainda não produziu o suficiente para pagar impostos ao governo.A localidade não tem hospital, mas a empresa MRM possui uma clínica, da qual as populações locais não podem beneficiar, por destinar-se exclusivamente ao pessoal da empresa.

"Nos encontros com o governo este informa que ainda não recebeu nenhum valor da MRM porque esta ainda está a organizar-se", diz Rui Armando, mas acrescenta que não tem conhecimento de relatórios que a MRM produz para o governo, nem sabe que a comunidade tem direito de 2,75% das receitas recebidas pelo Estado, resultantes dos impostos pagos pela MRM, e destinados explicitamente a comunidade local.

Por sua vez, Renato Uane, representante em Pemba do Centro Terra Verde (CTV) – uma organização ambientalista – confirma a perda de terras pelos camponeses, a favor de empresas locais, sem quaisquer medidas compensatórias.

"Os camponeses perdem as terras e não têm poder de se beneficiarem doutras terras", sublinha Uane.

Cassiano Barnabé, Chefe do Posto Administrativo de Namanhumbir

Tendo ficado sem acesso às suas terras, o que colocou em risco a sua segurança alimentar, algumas mulheres de Namanhumbir vem-se obrigadas a participar em actividades complementares ao garimpo, como a venda de água e a confecção de alimentos. Sabe-se, contudo, que o distrito de Montepuez é das regiões mas férteis de Moçambique. Com uma temperatura moderada com tendência a fresca, a região tem como actividade principal a agricultura, produzindo milho, feijões, gergelim, tubérculos, mapira e arroz, sendo por isso.

Entretanto, de acordo com o Director dos Serviços Distritais de Actividades Económicas de Montepuez, o Governo já identificou a região para aonde os camponeses de Namanhumbir vão ser reassentadas pela MRM, mas desconhece-se qualquer calendário sobre este complexo processo. Alguns membros da comunidade de Namanhumbir viajaram para Tete e Palma para troca de experiências com comunidades reassentadas. Destas visitas

Destas visitas aprenderam que os camponeses devem criar associações para melhor exigirem seus direitos, incluindo indemnizações justas.
Faltam informações consistentes de todas as partes relevantes a respeito deste processo. De acordo Renato Uane, circulam informações não convergentes entre a empresa Montepuez Ruby Mining, o governo e comunidades: enquanto a empresa pronuncia-se num certo sentido, o governo pronuncia-se noutro e as comunidades têm outra informação diferente dos dois primeiros actores. Enquanto isso, entre as várias consequências imediatas do desenvolvimento da actividade extractiva numa região densamente povoada, destaca-se a vulnerabilidade da população aos efeitos da aglomeração numerosa de homens solteiros e na posse de quantias elevadas de dinheiro; a degradação rápida das condições sociais de vida e a ausência de programas estruturados e monitorizeis de responsabilidade social da empresa concessionaria da exploração do rubi.

Impactos sobre a mulher e as famílias locais

As mulheres de Namanhumbir dizem que não têm acesso a trabalho remunerado na empresa Montepuez Ruby Mining. Elas tinham a esperança de melhorarem as suas vidas com a oportunidade de

Os leilões milionários do rubi de Namanhumbir

Em seis leilões consecutivos de rubi, efectuados no estrangeiro, a empresa Gemfields, detentora de 75% das acções da Montepuez Rubi Mining, arrecadou nos últimos quatro anos um total de 195 milhões de dólares. No último leilão, realizado em Junho de 2016 em Singapura, a Gemfields obteve 44,3 milhões de dólares. Segundo foi noticiado na altura, os recursos obtidos com o leilão são repartidos entre a subsidiária moçambicana da Gemfields, a MRM, e os restantes 25% pelo parceiro local, a Mwiriti Limitada).Os royalties (impostos) devidos ao Governo moçambicano são pagos no total a preços de venda.
A MRM explora uma área concessionada há cerca de sete anos, de 33.600 hectares.
Terenciano Dinis, régulo de Namanhumbir, conta que as minas de rubi foram descobertas em Março de 2009. Tudo partiu de um jovem que foi cortar estacas para construção e, próximo do rio, viu algumas pedrinhas que brilhavam. O jovem levou as pedras e mostrou a cidadãos somalis que exploravam outro tipo de minério, na zona.
Estes, por sua vez, levaram as pedras e foram contactar um indivíduo de nacionalidade alemã, que trabalhava num projecto cujo proprietário seria Raimundo Pachinuapa, conhecido veterano da luta armada de libertação nacional e natural de Cabo Delgado.
Pachinuapa terá iniciado imediatamente o processo de documentação para a aquisição do direito de uso e aproveitamento da terra (DUAT) naquela região. Desde essa altura até hoje, extraem--se pedras preciosas.
Entretanto, o nome – tão sonoro - desta localidade que rapidamente se tornou mundialmente celebre - tem uma estoira algo curiosa: Namanhumbir é uma palavra composta por aglutinação de duas palavras.De acordo ainda com o Regulo Terenciano Dinis, em tempos, numa das montanhas da zona, havia uma grande plantação de um tipo de banana selvagem que na língua local se chamambire. Nessa altura o régulo da zona chamava-se Nanhoma. Os portugueses teriam baptizaram a localidade com o nome Namanhumbir.

Jovens de entre 14 e 16 anos são aliciadas por emigrantes a casarem

emprego, propalado durante as consultas comunitárias.

Rosalina Dinis, membro da Associação Ecurro thja Thiyana (Força da Mulher) diz que em Junho de 2016 foram admitidas seis mulheres de Namanhumbir como mainatas (para lavar e engomar roupa).

Segundo ela, a maioria das mulheres até agora contratadas pela MRM são oriundas de Nampula e de Montepuez e estão maioritariamente afectas a trabalhos de cozinha, primeiros socorros e serviços de segurança. Apesar de algumas mulheres de Namanhumbir terem pouco grau de escolaridade, ela acha que podiam trabalhar nas limpezas e na cozinha."- Tentámos fazer cozinha para servir aos trabalhadores terciários, mas a empresa de segurança da MRM escorraçou-nos das imediações", diz Rosalina Dinis.

Por seu lado, a Associação Niussane, de mulheres camponesas de Nanune, criada em 2012 dedica-se à produção agrícola. A partir do segundo semestre de2016 a associação dedica-se também à criação de frangos. A associação teve apoio da MRM para iniciar o projecto de criação de frangos.

Regina Jerónimo, Presidente da Associação, diz que as associadas gostariam de ter uma moageira e uma camioneta para o transporte de seus produtos da machamba. Embora produzam muito, as mulheres associadas carecem de meios para escoarem o produto da machamba para o mercado. Elas pretendem também introduzir cursos de alfabetização para os membros, mas têm dificuldades de encontrar um professor para ensiná-las. A MRM construiu uma sala de aulas, mas não tem professor ainda. "Algumas mulheres não sabem ler nem escrever. Outras só estudaram até à terceira classe mas gostariam de continuar a aprender".

Este quadro, de marginalização da mulher em torno da indústria do rubi, é corroborado pelo delegado da CTV em Cabo Delgado. Segundo

Renato Uane, as mulheres não têm muita liberdade de se expressarem, pois mesmo quando convocadas a encontros elas não aparecem e, justificam-se por se tratar de época agrícola. Por isso não têm sido envolvidas em nenhuma actividade económica, excepto algumas que estão em associações femininas.

Segundo Uane, as poucas mulheres que por ventura aparecem aos encontros, apresentam a questão de discriminação por parte dos companheiros do sexo masculino. Por exemplo, em Namanhumbir, participaram na caravana de educação jurídica implementadas pela CTV, dos 37 cidadãos que participaram, apenas duas eram mulheres."As comunidades e sobretudo as mulheres precisam de muita capacitação a começar pela área de Género", destaca, Uane.

Divórcios, separações e casamentos prematuros

Alguns dos impactos socialmente negativos originados pela mineração são alterações da ordem social resultantes da presença de muitos cidadãos estrangeiros, provenientes de diversas origens. De acordo com o Chefe da Aldeia de Nanune, Rui Armando, os emigrantes que demandam a zona trazem consigo culturas e hábitos diferentes dos locais. Uma dos aspectos é a atitude daqueles expatriados, de se juntarem a mulheres locais motivados por interesses momentâneos.

Porque nos últimos tempos já não se encontra o rubi com tanta facilidade como no início, alguns cidadãos estrangeiros, não encontrando a riqueza que procuravam, decidem abandonar o local, vendendo os bens adquiridos e a casa, sem o conhecimento da mulher moçambicana com quem se haviam juntado e, a quem abandonam sem qualquer satisfação.

A aglomeração de muitos homens na posse aparente de muito dinheiro, no meio de altos índices de pobreza, tem resultado em frequentes casos de separações entre casais locais. O chefe da aldeia diz que tem sensibilizado muito as raparigas e mulheres para não se envolverem com estes emigrantes sazonais, mas os seus apelos têm surtido pouco efeito. Só neste ano(2016) resolvemos cerca de 25 casos de separação e de divórcio",conta ele, acrescentando que existem muitos outros problemas que não estão resolvidos.

São também frequentes os casos de emigrantes que promovem casamentos prematuros, aliciando raparigas de 13 a 15 anos. Segundo relatos locais, vezes sem conta, poucos anos depois, estes emigrantes abandonam o país, deixando estas raparigas com crianças sem protecção nem abrigo.

Rosalina Dinis, membro da Associação Ecurro thja Thiyana (Força da Mulher) corrobora estes relatos. Segundo ela, quando os homens têm dinheiro casam ou juntam-se a raparigas menores de idade, vulgo catorzinhas. "Alguns homens separam-se das esposas, vendem os bens e dividem o dinheiro para depois juntarem-se a novas mulheres. Outros investem o dinheiro na bebida. Todos esses comportamentos são acompanhados de violência contra a mulher e a criança", sublinha Rosalina Dinis.

Muitas raparigas, de idades compreendidas entre os 14 e 16 anos, ficam grávidas e abandonam a escola. A escola está a registar muitas desistências. "As raparigas já não têm respeito pelos pais e pelos valores morais da comunidade", sublinha a nossa fonte, acrescentando: "Com a presença de cidadãos estrangeiros na nossa comunidade, as raparigas são aliciadas e enganadas em troca de dinheiro, mechas (cabelo artificial) e por vídeos e novelas. As crianças perdem noites fora de casa com pretexto de assistir novelas e começam assim, a envolver-se com homens".

Violações sexuais, prostituição e propagação do HIV e SIDA

Segundo o Régulo Terenciano Dinis, em Namanhumbir há também casos de violações de raparigas, fenómeno até há poucos anos totalmente desconhecido naquela região Paralelamente, já há também casos de prostituição e consequentemente a taxa de infecção com o HIV e SIDA também está a aumentar. Em Namanhumbir nunca foram realizadas palestras da saúde sobre HIV e SIDA ou quaisquer campanhas de informação e educação sobre estas doenças.

O aumento de casos de violação de menores e de contaminação com o vírus do HIV é confirmado pelos serviços locais de saúde. Segundo Isac Rafael, Técnico de Medicina Geral, afecto ao Posto de Saúde de Namanhumbir, com a procura do rubi e chegada de cidadãos estrangeiros, aumentou o registo de casos de violações sexuais de menores. Ainda assim, e devido a preconceitos e tabus, são poucos os casos reportados à unidade sanitária, pois muitos deles são ocultados no seio familiar, para evitar a estigmatização na comunidade.

Amiúde, em vez de reportarem tais casos às autoridades locais ou de saúde, os pais das vítimas preferem exigir aos violadores o pagamento de algum valor monetário, como compensação pela prática do crime, deixando assim o autor impune. Os perpetradores destes crimes, geralmente circulando com quantias de dinheiro relativamente elevadas, pagam facilmente as "multas", as quais os livram de responder às autoridades do Estado pelos seus actos. Tem também ocorrido violações de mulheres adultas, mas estas não se apresentam ao posto de saúde nem denunciam os casos, por vergonha e medo de se exporem.

Ainda relativamente à contaminação e tratamento do HIV e SIDA, Isac Rafael acrescenta que quando os pacientes moçambicanos são diagnosticadas e informadas de que são seropositivos, eles desaparecem e não regressam para receberem o devido aconselhamento.

"Assim que ficam a saber do seu estado serológico, as pessoas desistem de vir ao aconselhamento. Mas grande parte dos cidadãos estrangeiros que passam pelo mesmo processo têm dado seguimento até ao tratamento. São questões comportamentais muito sérias que merecem a devida atenção, diz Isac Rafael.

Isac Rafael diz ainda que o Posto de Saúde também tem respondido a casos frequentes de mordeduras de cães. Este facto deve-se ao seguinte: muitos garimpeiros que insistem em "invadir" a zona concessionada à MRM, quando encontrados em flagrante pelos agentes de segurança da empresa, devem entrar em processo de negociação com estes, sob pena destes largarem os cães de guarda com que trabalham, que lhes tem infringido mordeduras.

O Líder comunitário de Namanhumbir contou que uma vez um cão da empresa de segurança da MRM evadiu-se do acampamento até a aldeia, aonde mordeu uma criança que contraiu graves ferimentos. A criança teve que ser evacuada para o Hospital Provincial de Pemba.

A prática da prostituição naquela região já assume as dimensões de um fenómeno transfronteiriço. Segundo Zaina Lourenço, trabalhadora duma instância hoteleira local, mal começou a exploração de pedras preciosas a Cidade de Montepuez começou a receber muitas mulheres zimbabweanas, malawianas, tanzanianas e moçambicanas doutras províncias que se dedicam ao comércio do sexo."Ao chegarem na cidade elas alugam quartos aqui no complexo e esperam clientes. Ficam dois a três meses aqui. Pagam as suas despesas de hospedagem e alimentação", conta Zaina.

Acrescenta que nos anos anteriores elas conseguiam acarretar com as despesas de acomodação no hotel, mas agora preferem arrendar casas, nas imediações, e só aparecem na instância turística para procurar clientes.

para procurar clientes.

Conta ainda que as mais experientes são as mulheres tanzanianas, porque para além de prostituição, durante o dia elas dedicam-se a outros negócios, como o comércio informal em barracas, e trazem mercadorias da Tanzania para venderem.

Zaina diz ainda que os clientes são homens também de diferentes nacionalidades, incluindo tanzanianos, malawianos, ruandeses, guineenses, paquistaneses, chineses e outros. Segundo a nossa fonte, são raros os homens de nacionalidade moçambicana que se envolvem nesta actividade.

Segundo a nossa fonte, a falta de oportunidades de informação e educação preventiva sobre este mal, bem como os altos índices de pobreza, fazem com que muitas mães deixem as filhas envolverem-se nestas práticas, como forma de conseguirem algum dinheiro para responder a problemas de sobrevivência.

Outros problemas sociais que afectam Namanhumbir devido à presença de cidadãos estrangeiros têm a ver com o arrendamento de casas. O Régulo de Namanhumbir diz que alguns cidadãos locais que arrendam suas casas a emigrantes sazonais têm-se queixado devido ao mau uso que estes fazem das habitações, danificando-as em curtoespaço de tempo.

Deu o exemplo de, numa casa de quatro divisões, estarem a viver desordenadamentemais de 10 pessoas, provocando graves danos à habitação e abandonando-a sem a devida reabilitação. "A cultura destes estrangeiros, diz o régulo, é completamente diferente da nossa. Eles não têm respeito e não sabem conviver de forma sã na comunidade", remata o régulo.

Actividades de responsabilidade social da MRM

Aquando da consulta comunitária, antes da implantação da empresa Montepuez Ruby Mining, a comunidade pediu uma escola, poço de água, hospital e emprego para os nativos. Desde 2009, a empresa só abriu um poço de água e pediu que a comunidade procurasse material local para a construção de salas de aulas. "Isso aconteceu porque um dia alguns trabalhadores da MRM passaram duma zona e viram crianças a estudarem debaixo duma árvore", conta o líder comunitário da Aldeia de Nanune, Rui Armando.

Entretanto, a MRM afirma que criou um fundo de investimento social e de responsabilidade social. O primeiro fundo é disponibilizado quando a empresa ainda não começou a ter rendimentos, mas oferece alguns projectos ou faz algo em prol da comunidade.

Rui Armando, líder comunitário da Aldeia de Nanune

Entretanto, a MRM afirma que criou um fundo de investimento social e de responsabilidade social. O primeiro fundo é disponibilizado quando a empresa ainda não começou a ter rendimentos, mas oferece alguns projectos ou faz algo em prol da comunidade. Por seu lado, o fundo de responsabilidade social é quando a empresa já está a operar e tem por obrigação apoiar as comunidades locais.

Para benefício particular da mulher, MRM construiu um aviário, em Namanhumbir, em nome da Associação Niussane – uma agremiação de mulheres camponesas da aldeia de Nanune. Foram entregues 1040 pintos, equipamento de aviário, ração e ainda desenvolvidas acções de capacitação das mulheres que estarão na gestão do projecto. Mas antes a MRM havia alocado 2000 pintos a uma associação de mulheres, mas não houve bons resultados porque a empresa falhou por não ter feito a capacitação das mulheres para a gestão do projecto e o respectivo acompanhamento.

De acordo com Ramalho Manuel, Chefe dos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE), o sector que ele mesmo dirige e a MRM estão a preparar uma área de oito hectares para cultivo, nas aldeias de Ntoro e Nsewe.

Entretanto, Leontina considera que a extracção do rubi ainda não trouxe grandes mudanças na vida dos residentes de Namanhumbir. A empresa MRM prometeu muita coisa no início, como por exemplo, que iria construir uma escola. Desde 2009 até agora não construiu e nada do que foi prometido foi feito.

"Não estou a ver aspectos positivos para a zona de Namanhumbir. A informação que circula é que a MRM disponibilizou fundos para a construção de uma escola, mas não se sei porque é que até agora não temos essa escola", lamenta Leontina. Ela também lamenta o facto de a mineração de rubi ter trazido problemas diversos para a Localidade, sobretudo problemas sociais.

Já Terenciano Dinis, Régulo de Namanhumbir, diz que a extracção do rubi traz algumas vantagens e desvantagens. Para os garimpeiros cuja actividade é ilegal, a extracção traz poucas vantagens, pois os rendimentos são baixos. Alguns conseguem construir casas melhoradas ou adquirir motorizadas e utensílios domésticos. E pouco mais. Já para a empresa Montepuez Ruby Mining o impacto tem sido muito positivo, diz o líder comunitário, acrescentando que alguns jovens que conseguiram emprego estão a sustentar melhor as suas famílias.

Mas o Régulo concorda que os benefícios para a comunidade de Namanhumbir ainda não são tangíveis, pois a MRM ainda não respondeu os pedidos feitos aquando da consulta comunitária."Pedimos uma escola secundária, um hospital de raiz, pedimos uma rádio comunitária e montagem de sinal de televisão", diz o régulo.

Este ano, há indícios de fome em Namanhumbir devido ao excesso de chuva que caiu na Província de Cabo Delgado. Por causa disso muitos cidadãos estrangeiros invadem machambas de camponeses locais e roubam produtos para se alimentarem.

O que diz a Montepuez Ruby Mining

O impacto da extracção do rubi não é só para as mulheres, mas sim para todos os membros da comunidade, sem diferenciação de género. Assim começa a conversa com Isaac Muchenje, Director dos Recursos Humanos e Desenvolvimento da MRM. Ele acrescentou que espera que a mina traga sustentabilidade para a comunidade.

Ele explicou que a mina gerou 1080 postos de trabalho, dos quais 910 são ocupados por trabalhadores que foram recrutados nas comunidades locais. Cinquenta e oito (58) mulheres estão empregues nas operações (segurança e administração) Das 58 mulheres, 24 estão a trabalhar dentro da MRM e as

e as restantes 34 estão em empresas contratadas pela MRM que prestarem serviços.

Sobre os impostos da MRM, Isaac disse que a empresa paga 10% de impostos de produção, ao governo moçambicano dos quais 2,75% são para a comunidade. Esta percentagem é da responsabilidade do governo canalizar às comunidades.

Isaac falou também das actividades de carácter social onde a MRM investe directamente nas iniciativas. Segundo ele, há associações de mulheres camponesas que incluem a produção agrícola e a avicultura que são financiadas pela empresa."A MRM promove o auto-emprego e oferece insumos e capacitação para elas saberem como fazer o trabalho", disse Issac.

SEKELEKANI questionou sobre o mercado dessa produção que a MRM está a promover nas associações. Ele respondeu que a preocupação da empresa é criar condições de produção porque está preocupada com a segurança alimentar.

Ele disse que a empresa não garante mercado para a colocação dos produtos que as associações vão produzir, mas neste momento ela vai comprar aquilo que são suas necessidades. "Não queremos que as camponesas dependam de nós em tudo o que fazem", disse Issac Muchenje.

Ainda sobre o mercado ele disse que a empresa já pensou em montar um matadouro de frangos, mas Montepuez não tem capacidade técnica para garantir a sustentabilidade desse empreendimento.

Para ele, montar uma unidade de processamento é fácil, mas é preciso saber como sustentará. Existe um matadouro de frangos em Mesa, mas fechou por falta de sustentabilidade, disse Issac.

Sobre a continuidade dos projectos Issac disse que todas as associações financiadas pela MRM fazem, primeiro, capacitação prática para poderem continuar a caminhar sozinhas. Na área de gestão, as presidentes já aprenderam como fazê-la, mas tudo depende da própria associação.

O fecho do matadouro de frangos de Mesa, por insustentabilidade, tem sida a sorte de grande parte de projectos sociais criados por empresas de extracção de recursos alegadamente para o benefício das comunidades locais, mas sem garantia nem de mercado nem de sistemas eficientes de transporte dos respectivos produtos.

Sobre a relação com os garimpeiros e sobre as alegações de maus tratos pelos agentes das empresas de segurança, com recurso a cães, Isaac Muchenje disse que a MRM é uma empresa legal e registada. Ela está contra todas as pessoas que prejudicam a empresa e ao governo."Protegemos os nossos interesses. Se encontrámos alguém na zona de extracção, pegamos e entregamos à polícia e esta trata dos assuntos", disse Issac.

Em Namanhumbir há quase todo o tipo de Negócio

2 Rapariga

Mussingiro ou a virgindade como mercadoria em Manica

Na Província de Manica, no centro de Moçambique, há pais que induzem as filhas a casarem-se precocemente, como forma de garantir que elas iniciem a vida adulta ainda virgens, condição pela qual eles cobram taxas aos noivos, que podem variar de uma junta de bois a cinquenta mil meticais. Assim, o mussingiro é uma das principais causas de casamentos precoces naquela região, que forçam as raparigas a abandonar a escola ainda em tenra idade.

Mussingiro e mitos

A virgindade, um dos mitos causadores de opressão à mulher em diferentes culturas do mundo, é também encarada, em alguns distritos da província de Manica, como fonte de rendimento dos pais. O pai e a mãe são generosamente agraciados, quando tiverem "garantido" que a filha vai ao casamento invicta. Juntas de bois, cabritos, roupas, dinheiro e bens de consumo são mobilizados a entrar em cena no momento do casamento. Dependendo, por vezes, do poder financeiro do pretendente, a virgindade da menina pode ser "vendida" por até 50 mil meticais, que o pai e a mãe vão repartir em partes iguais. E dizem os mitos: "qualquer omissão a este acto resulta em ira dos antepassados, que vão provocar a infertilidade da rapariga ou causar-lhe graves enfermidades".

Além do mussingiro, nesta região de Moçambique, o casamento de uma menina pode implicar o pagamento de outras três taxas a saber: o mussingiro, que é a principal taxa, o txuma, o matxacreno e o msana. O txuma e o msana são os valores monetários a serem atribuídos como "agradecimentos" ao pai e à mãe respectivamene. Os demais familiares próximos (tios e primos) partilham o matxacreno. Reunidas todas estas taxas, o valor do casamento pode atingir os 50 mil meticais.

E como sucede com todas as mercadorias preciosas, os pais protegem a virgindade da filha com todos os meios ao seu dispor. Assim, o namoro da filha é estritamente controlado, para evitar que ela seja "desonrada" antes de ir para o lar: assim que os pais notarem que a filha ganhou algum interesse por um rapaz, mobilizam-na para instigar o jovem a preparar o casamento… antes que seja tarde!

Se a rapariga perder a virgindade fora do casamento, o autor de tal acto é procurado para se lhe assacar as correspondentes responsabilidades. Porém, não raro, o imputado jovem pode recusar-se a assumir qualquer responsabilidade, alegando não haver provas de que a menina era "imaculada" quando se conheceram, pois a "entrega" desta a ele seria sinal de que a sua conduta social não era recomendável. Ora, esta é uma alegação difícil de refutar!

"Por isso e por outras razões, as meninas são sujeitas a casar muito cedo, para se garantir o massungiro. Algumas chegam mesmo a ser proibidas de ir à escola, pois os pais receiam que lá sejam desviadas e se envolvam com rapazes. Assim a conduta dos pais parece orientar-se mais no sentido de ganharem dinheiro das filhas e menos no de lhes garantir um bom futuro", comenta Maria da Glória, uma mãe.

Raparigas que conservaram a castidade para o mussinguiro

Punição dos antepassados

Com o intuito de entender, mais de perto, as circunstâncias e os fundamentos em que ocorrem estas práticas, SEKELEKANI visitou algumas comunidades dos Distritos de Machipanda, Gondola e da Cidade de Chimoio, a capital provincial.

Na localidade de Chicueia, Distrito de Machipanda, abordamos o respectivo régulo, Firmino Mikira. Segundo referiu ele, o mussingiro é um costume antigo, observado desde o tempo dos antepassados.

O que pode acontecer se o pretendente não tiver disponível a totalidade do dinheiro requerido, perguntamos ao régulo, que explicou: em tais circunstâncias, é cobrado ao noivo um valor inicial, como sinal de confiança, na condição de que, assim que puder, deve regressar para concluir com as suas obrigações, que constituem dever perante os parentes da noiva, vivos e mortos. E isso mesmo aconteceu com o genro do próprio régulo Mikira: quando uma das suas filhas casou, o régulo pediu 10 mil meticais pela sua virgindade. Contudo, o genro, sem dinheiro suficiente, apenas pôde pagar 2500 meticais, o que o mantém na incómoda condição de género devedor. Sucedeu o mesmo com o casamento de uma das filhas de Guidione Mapote, conforme o relato do próprio:

"Eu fiz o casamento das minhas três filhas, e segui a tradição dos antepassados, a qual diz: "toda a filha que casa deve deixar em casa algum dinheiro do seu noivo, pois o pai não pode morrer sem 'comer' esse dinheiro". Mapote conta que do primeiro casamento recebeu 9 mil meticais, enquanto o noivo da terceira filha não conseguiu tirar mais do que 500 meticais. "Este jovem não tinha dinheiro", desabafa Mapote, acrescentando: "Ainda que lhe pedisse um boi, como fazia o meu pai, ele não teria como pagar. Mas assim que ele estiver em condições, deve vir suprir a sua dívida".

Segundo as crenças locais, se uma menina for ao lar sem que o noivo tenha pago estas taxas, o seu lar não fica seguro, pois os espíritos dos antepassados estarão irritados. A menina corre, inclusivamente, o risco de não engravidar, o que ditaria o fracasso inevitável do seu casamento. Ou pode ficar gravemente doente. Bernardo Muitawira conta que a filha viveu este "castigo": ela foi casar-se na cidade da Beira, para onde tinha sido transferida, para ir estudar. Aos 13 anos ela juntou-se a um homem, sem antes observar os mandamentos da tradição: em consequência, ela ficou gravemente doente. "A mãe dela, que entretanto faleceu, morreu muito triste, por não ter recebido o msana. Por isso a menina ficou muito doente, pois o espírito da mãe não estava feliz. Só depois que vieram com 4500 meticais é que ela melhorou. E assim ela já conseguiu engravidar", remata com ar de alívio, Muitawira.

Uma outra mãe, Ilda Camudine, com quatro filhas, vive com uma grande dor no coração, porque um dos genros ainda está em dívida e ela teme que a morte chegue primeiro que o dinheiro. E conta":
"Do casamento da minha primeira filha eu recebi um boi e o pai 10 mil meticais. Mas já do segundo casamento nada recebi, pois o noivo apenas tirou 500 Meticais. Isso me dói muito porque os meus filhos rapazes, nas famílias onde casam, estão a pagar! Pelo que estou a ver, vou morrer sem ver o "msana" da minha filha. Mas parece que nada posso fazer, apesar do meu coração estar a doer", desabafa Ilda Camudine.
Por seu lado, Abel António relata o "castigo" que os espíritos dos antepassados infligiram a uma sobrinha, que casou sem obediência à tradição: "Há uma sobrinha minha que fugiu de casa e foi viver com um homem, sem observar o costume. Ela tem catorze anos, mas não conseguia engravidar.
Ela teve uma gravidez psicológica: a barriga dela cresceu e até foi abrir ficha no hospital, mas não tinha nenhum feto. Depois fizeram operação porque já passavam dos nove meses, mas da barriga dela não saiu nenhum bebé".
Assim, a vida sexual reprodutiva da rapariga é manipulada pelos pais, privando as filhas de um desenvolvimento são e percurso escolar prolongado, através da evocação de mitos, centrados na intimidação com a ira dos antepassados, que podem bloquear a capacidade da jovem, de gerar filhos e, numa sociedade onde a maternidade é a principal finalidade do casamento, a infertilidade da mulher é vista como uma tragédia fatal. E assim a tradição vincula a fertilidade feminina à virgindade, mas tendo como objectivo real assegurar que a rapariga seja fonte de rendimento.

Raparigas em Nampula resgatam outras raparigas de casamentos prematuros e levam-nas de volta aos bancos da escola

Uma iniciativa de raparigas voluntárias tem estado a mudar o rumo da vida de dezenas de outras raparigas e adolescentes, na região Centro-Norte do país, resgatando-as de casamentos prematuros e ajudando-as a regressarem aos bancos da escola. Estas raparigas, designadas por "mentoras" têm ajudado outras meninas a prevenirem-se de diferentes riscos associados à gravidez precoce, como a mortalidade materno-infantil, a fístula obstétrica, a violência e a contaminação com infeções de transmissão sexual, incluindo o HIV. Uma equipa de pesquisa do SEKELEKANI esteve recentemente em diferentes distritos da Província de Nampula, onde testemunhou o trabalho destas voluntárias, inserido num programa designado por Rapariga Biz.

Sem preocupação em receber qualquer remuneração pelo trabalho que realizam, as mentoras justificam o seu empenho dizendo que "erros de percurso" de raparigas sem qualquer preparação nem experiência de vida, muitas vezes cometidos por decisões dos pais e falta de informação, não devem constituir chaga para o resto das suas vidas, mas sim motivo de aprendizagem para a mudança. O seu principal foco é combater a prática de casamentos prematuros e consequente gravidez precoce, a partir de dentro das suas próprias comunidades, e expandindo-se para mais longe. "Nós ficamos muito tocadas com a situação destas meninas; o nosso objectivo é ajudar a reduzir os casamentos e a gravidez precoces. Nós procuramos ajudá-las na mudança de comportamento, inclusive encorajando-as a optarem por fazer pequenos negócios, como forma de ajudar os pais a diminuir a pobreza, causa que estes evocam para força-las a unirem – se cedo, muitas vezes com homens muito mais velhos do que os seus próprios pais ", dizem as mentoras.

Levar as raparigas de volta à escola ou promover o seu ingresso e retenção constitui um dos objectivos centrais do trabalho das mentoras. Patrícia Helena é mentora desde há dois anos. Ela refere que o que a motivou a envolver-se neste trabalho é o amor ao próximo. "Eu me senti na obrigação de ajudar outras meninas da minha comunidade; senti o sofrimento delas e quis ajudar a aliviar essa sua dor. Muitas outras meninas desistiram desta actividade, devido as condições difíceis em que trabalhamos, mas eu decidi continuar, pois percebi que devia fazer este trabalho", afirma a Patrícia.

Casamentos Prematuros em Mocuba: causa e consequência da probeza

No Distrito de Mocuba, na Província da Zambézia, os pais instigam as filhas menores de idade a abandonarem a Escola para se casarem, na expectativa de diminuir a pobreza: ora porque a filha vai sair de casa, aliviando a despesa familiar, ora porque o genro vai reforçar a capacidade produtiva da família. Contudo, na maioria dos casos, estes casamentos apenas agravam os índices de pobreza e da marginalização da rapariga, pois cedo ela é abandonada pelo marido, que emigra para as cidades, sem deixar rasto. Em outros casos ainda, estas raparigas, que se tornam mães entre os 14 e os 16 anos, são entregues pelos pais a indivíduos já casados, e de idade avançada, a troco de determinados valores monetários…

Casamentos prematuros como causa e consequência da pobreza

Numa missão recente, uma equipa de pesquisa do SEKELEKANI percorreu algumas localidades do Distrito de Mocuba, na Província da Zambézia, onde ouviu histórias de raparigas que afirmam terem sido instigados pelos pais a contrair casamento, na expectativa de lograr reduzir os níveis de pobreza da família. Uma consequência imediata e comum destas históricas é a contracção de gravidez, e consequente abandono imediato da escola pela rapariga menor de idade. Amiúde ainda, o co-autor da gravidez se furta às suas responsabilidades, sobretudo entre os jovens: estes, sentindo-se, também, presos na armadilha da pobreza, abandonam a mãe adolescente com o filho menor, demandando os centros urbanos, onde esperam, em vão, encontrar meios de subsistência. E assim o ciclo de pobreza se mantém e reproduz.

Este é o caso da Rosana Felizarda, cujo nível de escolaridade limita-se à conclusão da segunda classe. Rossana conta que se casou cedo, acreditando que com o casamento iria sair da pobreza; mas cedo foi abandonada pelo marido, o qual alegou que ia trabalhar em outra província. O homem emigrou para a Província de Nampula em Outubro de 2016, e nunca mais deu qualquer sinal.

" Casei-me cedo por causa da pobreza; com o casamento acreditava que o homem ia me ajudar a comprar roupa e a fazer machamba. No início até acontecia isso mesmo, mas ele partiu para Nampula e nunca mais disse nada. Tenho um filho de dois anos com ele", diz, desalentada a jovem Rossana.

História semelhante repete-se com Seventina Alberto. Ela conta que conheceu o seu marido quando ainda frequentava a segunda classe e naquele momento interrompeu a escola, para cumprir com o seu novo papel social, o de esposa. Porém, esta condição foi abruptamente interrompida, quando o marido a abandonou sem nenhuma explicação. "Quando ele me abordou, disse que queria casar comigo e eu aceitei porque não tinha dinheiro para comprar cadernos, mas já estou arrependida porque ele me abandonou" desabafa a Seventina.

Seventina tinha o sonho de ser professora, mas com o casamento precoce e destruído, este sonho desvaneceu. Hoje ela faz trabalhos em machambas, actividade localmente designada por "ganho-ganho", em que o trabalhador é contratado para capinar, semear ou colher, sendo pago por tarefa. Com este valor ela consegue comprar fraldas para o filho, mas o sentimento de arrependimento é muito alto e indisfarçável. "Estou arrependida, se eu tivesse que aconselhar alguém, eu diria que é melhor estudar, casamento não tem nenhuma vantagem".

Alberto Mucochiua, pai da Seventina, é também um homem desiludido " Se dependesse de mim ela ia continuar a estudar para poder ter emprego". Alberto conta que permitiu o casamento da filha porque ela insistia que estava apaixonada pelo homem que veio a ser seu marido, mas que, meses depois a viria a abandonar, com um bebe recém-nascido, agora sob os cuidados dos avôs.

Por sua vez, a jovem Domingas engravidou de um homem casado, que reside na Vila de Mocuba. Ela conta que o indivíduo em causa não aceitou assumi-la como segunda esposa, tendo apenas assumido o compromisso de cuidar dela e do filho de ambos. Portanto uma perspectiva de grande insegurança para ela e para o filho que vai nascer. A Domingas abandonou a escola ao sétimo mês de gravidez.

Depois do casamento Rosana parou os estudos

Celebrado nestas circunstâncias de pobreza extrema, o casamento não passa de uma união precária e insegura, sendo testemunhado por líderes comunitários locais, além dos pais da rapariga. Segundo os hábitos e costumes locais, o noivo leva apenas consigo alguns alimentos como peixe e farinha para o almoço. Uma bebida de cana-de-açúcar de nome "Catxaço" ou de mandioca " Otega" é preparada para o pequeno número de convidados.

Na sequência do casamento, a família da noiva cede um espaço do seu terreno, aonde o genro vai construir a sua casa. O novo membro da família passa assim a reforçar a capacidade produtiva familiar, partilhando os seus rendimentos com os sogros, com quem partilha até as refeições diárias. Esta é uma das razões que faz com que os pais vejam no casamento uma espécie de alívio da pobreza e aumento da mão-de-obra para produção de alimentos.

Na base dessa crença, Teresinha António, mãe de Ângela, uma menina de 16 anos, permitiu que a filha menor contraísse matrimónio com um jovem de 18 anos que fabrica carvão vegetal. Mas a expectativa cedo gorou-se, pois a pobreza não diminuiu com este casamento "Minha filha casou porque somos pobres, eu esperava que o marido construísse uma casa para ela mas não estou a ver nenhuma mudança na nossa vida depois do casamento. Não estou feliz por ter casado minha filha cedo mas não tinha outra alternativa para sustentar a casa", reconhece, arrependida, a mãe de Ângela.

As histórias associando casamentos prematuros à pobreza e à vulnerabilidade multiplicam-se por todas as aldeias de Mocuba. Por exemplo, a Verónica João, órfã de pais, de 15 anos de idade, vivendo com a irmã mais velha, não encontrou outra saída senão o casamento para se sentir protegida.

Porém, o casamento da Verónica durou apenas um mês, e a sua situação socioeconómica não melhorou. "O meu marido nem casa construiu para mim; apenas deu-me alguma roupa e me abandonou, fixando-se em Quelimane".

Os números da desgraça

Os casamentos prematuros são considerados um problema social sério em Moçambique, onde milhares de raparigas em idade escolar, principalmente nas zonas rurais, são vítimas desta prática que influencia negativamente o seu desenvolvimento. A cada dia que passa cresce o número de meninas que se casam antes dos 18 anos de idade. Moçambique tem uma das maiores taxas de casamentos prematuros do mundo: encontra-se em 11º lugar na lista, depois do Níger, Chade, República Centro-Africana, Bangladesh, Guiné, Mali, Burquina Faso, Sudão do Sul, Malawi e Madagáscar, contabilizando perto de metade de mulheres que se casam antes dos 18 anos. No continente africano Moçambique ocupa o 10º lugar em África. De acordo ainda com a Coligação para a Eliminação dos Casamentos Prematuro (CECAP) os níveis mais altos de casamentos prematuros em Moçambique estão concentrados nas províncias do Norte do país. Na Província do Niassa, por exemplo, pelo menos uma em cinco raparigas casou-se antes dos 15 anos, num universo de 29.892 raparigas. Nesta região, as províncias que apresentam os maiores números de raparigas casadas antes dos 18 anos são Nampula e Zambézia com 256.220 e 190.279 respectivamente. No total, mais de um milhão de raparigas moçambicanas entre os 15 e 24 anos casaram-se antes dos 18 anos, e cerca de um terço casou-se antes dos 15 anos.

Elevado índice de desistência escolar

Os casamentos prematuros têm impacto directo na educação, uma vez que as raparigas abandonam a escola para se dedicarem ao novo papel social.

A directora pedagógica de Escola Primária de Taburua, Sónia Francisco diz que o fenómeno é recorrente na sua escola, não só devido a casamentos precoces, mas também ao trabalho nas machambas, ao lado dos pais.

Por seu turno na Escola Secundária de Mocuba o cenário é mais notável na oitava classe, em que meninas com idades compreendidas entre os 12 a 14 anos desistem de estudar. Só no ano passado (2016) 23 meninas abandonaram a escola. O director Juma Atumane refere que os pais obrigam as raparigas a contraírem matrimónio alegadamente devido a falta de condições económicas.

A nível da saúde o impacto é igualmente preocupante. O director distrital do serviço de saúde, Jaime Casamento, contou ao SEKELEKANI que no hospital distrital de Mocuba os profissionais de saúde são muitas vezes surpreendidos por meninas menores de idade que procuram fazer testes pré-natais. "Pela aparência física nota-se que são meninas de 14 a 16 anos, portanto sem idade para suportar uma gravidez", destaca o oficial de saúde.

Com vista a mitigar a prática um grupo de estudantes da Escola Secundária do Ile criou um núcleo com objectivo de sensibilizar pais e encarregados de educação a manterem as filhas na escola. As mensagens são difundidas de casa em casa, nos momentos de concentração e no canto de aconselhamento criado na escola para o feito.

O Governo Moçambicano através do Gabinete da Primeira Dama lançou em Fevereiro último o projecto de combate aos casamentos prematuros destinado a mobilizar o maior número de sectores a nível nacional, provincial e local no combate a esta violação dos direitos da criança.

O projecto segue-se à aprovação, em 2015, pelo Conselho de Ministros, de uma Estratégia Nacional de Prevenção e Combate dos casamentos prematuros para o período de 2016-2019.

Ritos de iniciação obrigam raparigas a manterem relações sexuais com homens desconhecidos em Meconta

Na localidade de Japir, Distrito de Meconta, na Província de Nampula, as raparigas são submetidas a um rito de iniciação à vida adulta, denominado "Okaka Ntupi", que significa "limpar a poeira". Contudo, tal "limpeza" aos seus corpos é feita por homens que lhes são desconhecidos, contratados pelas suas mães para iniciá-las sexualmente, sem o seu consentimento nem qualquer proteção. A prática incide sobre adolescentes de entre os 12 e os 16 anos de idade, resultando em sistemático abandono escolar, gravidez precoce e contração de infeções de transmissão sexual ou de doenças pós-parto, como a fístula obstétrica. Uma equipa de pesquisa do SEKELEKANI visitou Japir e descreve os contornos de uma prática tradicional violadora dos mais elementares direitos humanos da raparigra.

1."Sacudir poeira" ou violar adolescentes?

No distrito de Meconta, localidade de Japir na Província de Nampula, as raparigas são submetidas a um ritual que viola totalmente os seus direitos sexuais e reprodutivos. Como parte dos ritos de iniciação para a vida adulta, para além de receberem conselhos relacionados com a higiene pessoal, cuidados domésticos e respeito aos mais velhos, no último dia das cerimónias iniciáticas, as raparigas são obrigadas a manterem relações sexuais desprotegidas e com homens geralmente desconhecidos. O ritual é conhecido por "Okaka Ntupi", o que se traduz por "sacudir a poeira". O mito diz que, falhando este acto, as adolescentes correm o risco de não conceberem, na vida adulta, perderem o cabelo e ou ficarem com os pés e a barrigada inchados, ou mesmo perderem a própria vida!

Para o cumprimento do degradante ritual, a mãe da rapariga escolhe um homem para "sacudir a poeira" da filha, acto que este pratica de forma onerosa, ou seja, com direito a um pagamento em dinheiro que pode variar de 100 a 200 meticais. Na falta de dinheiro ou alternativamente, os "serviços" do "limpador" são compensados por uma refeição especial. O indivíduo indicado pode ser solteiro ou casado.

Okaka Thupi: um rito que humilha a rapariga e lhe impõe maternidade precoce

Esta é uma prática particular entre os diferentes ritos de iniciação em vigor entre a população moçambicana, nomeadamente entre os povos Macua, Maconde e Yau, na região norte do país, visando essencialmente a integração pessoal, social e cultural do indivíduo, na vida adulta da sua comunidade. Porém, a "Okaka Ntupi" é uma tradição que se traduz em flagrante violação de direitos humanos dos adolescentes, incluindo com impacto sobre a sua saúde sexual e reprodutiva.

Uma prática intrusiva e degradante

Na parte final do "Okaka Ntupi", a rapariga, que é iniciada dentro de casa, é obrigada a receber um homem que a vai visitar, devendo aquecer-lhe água de banho, com a qual ambos tomam banho, ao que se seguirá uma relação sexual. O homem, totalmente desconhecido da adolescente, é contratado e pago pela mãe desta, para o efeito. A regra determina que o homem deve ejacular sobre o umbigo da iniciada e, em caso de violação desta regra ou falha, a adolescente deve reportar o facto à mãe, que vai acionar os mecanismos de penalização do prevaricador. Tal penalização consiste em obrigar o "limpador" a levar a rapariga a um curan-

deiro para um outro tratamento.
No fim da cerimónia, querendo, o homem pode decidir casar com a rapariga, mesmo que seja já casado com uma outra mulher.Não existe qualquer critério claro para a escolha do homem que vai "limpar a poeira" da adolescente, podendo ser qualquer individuo que esteja disposto a fazê- lo. Tudo depende da vontade da mãe da rapariga.
O contrato é mantido em segredo entre a mãe, a madrinha, o homem e a rapariga. Se a escolha recair sobre um homem casado, este facto deve ser mantido em segredo absoluto para a sua esposa.
Albertino Caita, de 19 anos, diz que já "limpou" duas meninas, de 13 e 15 anos, e que das duas vezes fez bem o tratamento. "As mães é que vieram negociar comigo, e pagaram-me, num caso, 50 meticais e no outro 200 meticais e me preparam um bom jantar", recorda.
Segundo explica a anciã Julieta Cebola, a "Okaka Ntupi" é uma tradição antiga, pela qual todas as raparigas devem passar, antes da primeira relação sexual".
A rapariga que não realizar este rito vai ter menstruação constante, vai perder cabelo e vai ficar

Julieta Cebola

Márcia Júlio conta sua história

com o umbigo furado e a sangrar constantemente", adverte a anciã.
Caso uma menina se recuse a participar no ritual, as anciãs da comunidade e os pais engendram planos e estratégias para submetê-la. Tais estratégias podem passar por esconder o homem dentro de casa, até ao uso da força, que pode consistir em amarrar a adolescente. Este foi o caso de Márcia Júlio, que desabafa: "Eu nunca tinha visto aquele homem antes. Ele disse-me ali mesmo o que ia acontecer, mas o meu coração não esta satisfeito porque eu queria escolher sozinha o homem da primeira relação sexual. Tudo o que eu queria era sair daquele lugar.
Obrigaram-me. Se eu soubesse teria fugido". Márcia Júlio foi submetida ao ritual aos 15 anos de idade, contando hoje 27 anos, e sendo mãe e três filhos.
Amadeu Lourenço afirma que uma vez foi "contratado" para desempenhar aquele papel, mas defrontou-se com o caso de uma adolescente que não queria passar por aquele ritual, tendo sido forçada a submeter-se.

Nhamapaza ou a guerra como incentivo à prostituição

Em Nhamapaza, no Distrito de Maringue, zona norte na Província de Sofala, tem vindo a crescer o número de mulheres que, provenientes de diversos pontos do país e de países vizinhos, acorrem àquela região, para a prática do comércio do sexo, incentivado pelo movimento de camionistas que ali pernoitam, à espera da partida da escolta militar. Um aspecto particular desta actividade é o envolvimento de crianças, que agem como intermediarias, entre as trabalhadoras de sexo e os seus clientes, nomeadamente transmitindo aos dois lados as condições do negócio. Além da sua nefasta exposição a uma actividade moralmente condenável, a pior consequência do envolvimento de crianças é a irregularidade na frequência escolar, que pode culminar com o abandono definitivo da escola

Considerando tratar-se de um dos efeitos colaterais do presente conflito político-militar no país, uma equipa de pesquisa do SEKELEKANI fez-se ao local, aonde encontrou uma aldeia rural que, sendo calma durante o dia, ela torna-se deveras agitada e com sons ensurdecedores de música tocada caoticamente em diferentes barracas, onde a escuridão da noite é desafiada por geradores e lanternas das mais diversas potências e origens de fabrico.

Desde 2014 que o país vive em clima de violência e instabilidade política pós-eleitoral, resultante da rejeição, pela Renamo, dos resultados das eleições gerais e presidenciais realizadas em Outubro naquele ano. Como forma de apoiar a sua contestação e pressionar o governo a atender às suas pretensões, a Renamo deu início a uma série de ataques militares principalmente nas zonas centro e norte do país.

O clima de insegurança que desde então se instalou ao longo das principais estradas do país, determinou a criação de escoltas militares, que garantem a circulação segura de bens e pessoas, nomeadamente entre os troços de maior risco, como os de Caia - Nhamapaza, Save – Muxungue, na Província de Sofala, e Catandica - Vanduzi e Vanduzi- Changara, na Província de Tete.

Devido a escolta militar, estão estabelecidas horas fixas para a travessia de um ponto para outro, sob o risco de sofrer uma emboscada caso se circule sem protecção. O tempo de espera da partida da escolta militar provoca a concentração, por longas horas, de camionistas e de outros viajantes nos pontos de concentração, onde imediatamente emergem pequenos negócios, desde a confecção e venda de alimentos, até ao comércio do sexo.

Este é o caso de Nhamapaza, uma pacata localidade rural do distrito de Maringue. Logo no início das operações da escolta militar, emergiu, neste ponto um mercado informal de venda de produtos diversos, nomeadamente alimentares e de resposta a pequenas necessidades de viagem. A escolta militar de viaturas e pessoas é feita uma vez por dia, partindo do local às 9 horas da manhã.

Se durante o dia, Nhamapanza é uma localidade calma e sossegada, já logo ao cair da noite ela muda de identidade: iluminada por geradores e lanternas, ela torna-se muito agitada e devassa. Enquanto de um lado há mulheres preparando e vendendo alimentos a camionistas e outros viajantes, há, de outro lado, outras transacionando o seu corpo. Dentre estas meninas, de idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos, umas são provenientes das cidades da Beira e Chimoio, bem como de Caia, Inchope, Gorongosa, Nhaminga, Mafambisse, Sussundenga e outras do vizinho Zimbabué. O comércio de sexo tem como principais clientes camionistas de longo curso, que pernoitam no local, à espera da proteção militar, que os irá escoltar até Caia. No período da espera, estes entram em contacto com as suas potenciais servidoras e discutem os preços dos seus serviços por intermédio de crianças, às quais pagam, pelos "bons ofícios", valores entre os 30 e 50 meticais.

Devido a movimentação permanente de forças policiais e do exército, a equipe de pesquisa do SEKELEKANI teve de se camuflar, como potencial cliente, a fim de poder penetrar o mais profundo possível adentro daquela realidade.

As meninas de sexo desenvolvem a sua actividade em quartos alinhados em forma de comboio, sendo por isso que este edifício, de 16 quartos, é localmente designado por "comboio". Os quartos do "comboio" são arrendados por 100 ou 500 meticais por dia ou por mês, respectivamente. O proprietário do estabelecimento, ainda em construção, conta que numa primeira fase o objectivo era arrendar os quartos a professores primários locais e a outras pessoas singulares que por ali passassem, uma vez que Nhamapaza é um corredor rodoviário. Facto digno de nota é que algumas meninas, mães solteiras ou divorciadas, vivem no comboio com seus filhos menores.

Uma das residentes do comboio

Trocando a sala de aulas por telemóveis

No meio do vai-e-vem de camionistas e de muitas mulheres, constata-se um número acentuado de crianças que se fazem à estrada. Elas geralmente circulam em grupos de 3 a 4. Aparentemente são crianças que ali estão vendendo água, amendoim, espetadas, entre outros produtos. Contudo, na realidade servem de intermediários no negócio do sexo.

São crianças de idades compreendidas entre os 10 e 15 anos, que após o período das aulas fazem este trabalho, fora do conhecimento dos pais, e a razão é simples. "Queremos comprar telefone, roupas, comer (espetada). Esse dinheiro que recebemos aqui é para nós.Não levamos para casa", diz um dos meninos integrantes do grupo.

A mediação das crianças consiste no seguinte: uma vez tendo recebido de um camionista a descrição das características físicas da menina por este preferida, elas vão à procura desta, no "comboio". Segundo afirmam, elas chegam a ganhar entre 100 a 200 meticais por dia.

"Comecei aos 7 anos a identificar meninas para camionistas. Quando o 'boss' diz que precisa de uma mulher eu vou chamar, e ele me paga 30 ou 50 meticais pelo serviço. Esse negócio é de muito tempo, mas aumentou por causa da coluna", diz um menino intermediário."

As crianças conhecem muito bem as meninas do "comboio", incluindo as que tenham alguma infeção ou doença. "Há outras que têm doenças e nós conhecemos quem tem e quem não tem. Quando o cliente diz que gostou daquela se estiver doente nós informamos. Porque conhecemos todas elas".

Crianças que ainda vão a escola

No local existem também crianças que vendem remédios tradicionais, que dizem ser eficientes para proteger quem mantenha relações sexuais com uma mulher em período menstrual ou para evitar dores da coluna, além de estimulantes sexuais masculinos.

O envolvimento de crianças nesta actividade tem produzido efeitos negativos no seu processo educativo. "A coluna (militar) está a afectar o desempenho dos alunos. Tem se verificado isso a partir da quinta classe em diante". Salientou o Mateus Limpo director pedagógico da EPC de Nhamapaza.

Longe de casa…não há vergonha

Segundo relatos da população de Nhamapaza, o negócio do sexo existe há já bastante tempo; porém ele ganhou maiores proporções nestes "últimos tempos", devido à concentração de camionistas e de outros viajantes, à espera da partida da escolta militar. A notícia do novo "acampamento" cedo chegou a diversas regiões do centro-norte do país, mobilizando as dezenas de meninas agora acomodadas no "comboio". Ainda segundo os mesmos relatos, não se conhecem mulheres locais desenvolvendo esta actividade, devido ao medo da condenação pública por familiares e conhecidos.

A equipa do SEKELEKANI conversou com algumas destas trabalhadoras de sexo, e nos trechos que se seguem todas elas vão ser identificadas através de nomes fictícios.

Joana, proveniente de Sussundenga, na Província de Manica, conta que chegou a Nhamapaza no ano passado. Questionada sobre a razão da saída da sua zona de origem, ela explica que " lá não tinha movimento, enquanto aqui o negócio está bom e em Sussundenga tinha que me esconder por causa da minha família". Joana trabalha com a sua filha menor e assegura que poderá regressar a

Sussundenga assim que cessar a actividade da escolta militar. "Estou com a minha filha, vou com ela para o camião. Se for para ir passar toda noite deixo ela aqui sozinha. Quando terminar a escolta só irei ficar mais dois meses" .

Tal como a Joana, outras meninas afirmam que a localização de Nhamapaza, distante das suas famílias e de demais pessoas que as conheçam é uma condição favorável à prática desta actividade. "Eu sou de Inhaminga, estou aqui desde 2014. Vim parar aqui porque queria viver livre, aqui ninguém está a controlar a minha vida", diz ela.

O pico do movimento regista-se a partir das 22 horas, onde sem receios, as meninas saem dos quartos do "comboio" e vão até à estrada onde se encontram os seus potencias clientes. Cada programa tem o seu preço: se o encontro ocorrer dentro do camião o preço varia de 100 a 150 meticais; se ocorrer nos seus quartos, passa para 200 meticais, podendo atingir entre 500 a 700 meticais se o cliente pretender pernoitar.

A actividade do comércio de sexo em Nhamapanza prolonga-se por toda a noite. até madrugada dentro. Ana, recém- chegada de Nampula e mãe de uma menina de um ano, afirma que chega a receber até seis clientes por noite. Ana desentendeu-se com o pai da criança e, para fugir dele e da sua família, refugiou-se em Nhamapaza. "Quando estou com um cliente, a minha filha fica comigo, mas quando ela acorda, pago a alguém para tomar conta dela. Fugi do pai da criança porque ele queria separar-me da minha filha, por causa da minha profissão".

Para acautelar riscos de saúde, nomeadamente o perigo da proliferação de infecções de transmissão sexual (ITS) em Nhampaza, as autoridades da saúde instalaram no local um posto de saúde provisório. Contudo, questionado sobre o nível de sero prevalência na zona, o enfermeiro em serviço no posto disse não haver no posto condições técnicas para fazer testes de HIV nem para o diagnóstico de qualquer ITS. A Sífilis e a gonorreia são as doenças mais diagnosticadas em mulheres dos 15 aos 28 anos. Por mês podem ser diagnosticados entre 7 a 10 casos, porém não existe qualquer medicação no posto.

3 Ambiente

Seca e fome em Massangena : as marcas do "El Nino" sobre a mulher e a criança

Em Massangena, região árida do norte da Província de Gaza, desde há muito que as mulheres colocaram as panelas de cozinha ao avesso: viradas para baixo. É o primeiro sinal exterior de fome que se vê nos quintais de muitas famílias, consequência de uma seca severa e prolongada. Não tem caído chuva anos a fio, e quando finalmente caiu alguma, em Abril de 2016, não foi suficiente nem ia a tempo de salvar qualquer cultura, mesmo nas regiões baixas do rio Save. As pessoas sobrevivem de raízes e frutos de plantas silvestres.

A seca severa é efeito das mudanças climáticas, e tem como suas principais vítimas as mulheres e as crianças, não raro, abandonadas à sua sorte pelos homens: para além da tradicional emigração para a África do Sul, os homens partem em busca de meios de subsistência para as suas famílias nas vilas mais próximas de Macia, Chókwè ou Chicuálacuála. A maioria das crianças não vai à escola há pelo menos dois anos, isto é, desde 2014. Em consequência, algumas salas de aulas foram já invadidas por cabritos, que as transformaram em suas salas de recreação, infestando-as com seus excrementos.

Como se não bastasse, a equipa de pesquisa do SEKELEKANI constatou que as diferentes iniciativas de negócios, empreendidas por mulheres, e financiadas através do Fundo de Desenvolvimento Distrital (vulgo "sete milhões") pouco impacto têm tido na mitigação da seca em Massangena: as mutuárias, que receberam o fundo sem qualquer treinamento nem acompanhamento subsequente, rapidamente foram quase todas à falência. Por isso nem poderão devolver o dinheiro recebido.

No rasto do El Niño

A falta de chuva na região sul e em algumas áreas da região centro tem afectado de forma muito dramática a produção agrícola. De acordo com dados de Dezembro de 2015, cerca de 176.139 pessoas estão sob uma preocupante situação de insegurança alimentar em quatro províncias, nomeadamente Gaza, Inhambane, Sofala e Niassa. Nestas regiões, milhares de famílias estarão em situação de crise alimentar séria, pelo menos até às colheitas da campanha agrícola de 2016, devido ao fenómeno denominado "El Niño".
Com efeito, Moçambique é um país particularmente exposto a eventos climáticos extremos, devido à sua localização geográfica e à frágil base económica das suas populações, com uma larga percentagem ainda vivendo na pobreza absoluta.
O país é vulnerável a secas severas em cada três a quarto anos, causando a morte de milhares de pessoas.

Com uma linha costeira de aproximadamente 2.700 Km, Moçambique é igualmente vulnerável a cheias causadas por ciclones tropicais que o fustigam, três a quatro vezes por ano.
Perto de 20.500 milhões de pessoas, representando 60 por cento da população vive na zona costeira, e a sua sobrevivência e vida quotidiana nestas regiões dependem em larga medida de recursos locais, tais como agricultura - dependente da chuva - e a pesca.

O rosto feminino da seca e da fome

No seu sofrimento, quantas vezes solitário, as mulheres percorrem todos os dias a mata ressequida, em busca de "qualquer coisa" para assegurar a sobrevivência dos filhos.
Na localidade de Kufamune a equipa do SEKELEKANI cruzou-se com Nomia Bonzane, mãe de três filhos. Ela não deve ter mais de vinte anos de idade; contudo o sofrimento marcou no seu rosto

a idade dos 50 anos. Ela conta que estava de regresso da machamba, próximo das margens do rio Save, mas de lá nada pôde colher. A escassa chuva que caiu em Abril não alterou o quadro. Assim, tudo quanto Nomia leva na improvisada bagageira da sua cansada bicicleta são folhas de uma planta silvestre denominada "buchini", que brotou das poucas chuvas de Abril. Vai ser a sua única refeição do dia, com os três filhos menores de idade.

Para suplementar a sua sopa de "buchin", a jovem mãe costuma recorrer a frutos silvestres, arrancadas de árvores como o embondeiro, o nkwankwa ou a tinya. Perguntamos aonde estava o marido e ela respondeu: "foi procurar trabalho na (Vila da) Macia".

Junto à lagoa Massangena, também ressequida, no povoado de Manoji, cruzamo-nos com Flora Zacarias, também levando ao colo uma criança de tenra idade e um bidon de vinte litros de água, à cabeça. Enquanto conversávamos com ela, o seu bebé chorava convulsivamente, sem parar: sem dúvida que a criança estava clamando por comida, pois o leite da mãe já não o satisfazia. O cabelo acastanhado do bebé é sinal evidente da sua desnutrição. Flora diz, sem rodeios, que ela mesma tem estado a emagrecer continuamente nos últimos tempos, por falta de alimentos." Socorremo-nos de bave (ou cacana), planta rasteira que nasce espontaneamente no campo e muito resistente à seca.

Cabritos transformam salas de aulas em seus espaços de recreação

No Posto Administrativo de Mbocoda, um professor, que pediu para não ser identificado, levou a equipa do SEKELEKANI até à Escola Primária EP1 "7 de Abril", com um propósito: mostrar que a mesma, há muito abandonada, está repleta de excremento de cabrito: os quadrúpedes a transformaram em sua "sala de recreio". Trata-se de uma escola construída pela comunidade local, na base de paus e adobe. É chocante como o estado de total abandono desta escola e a sua transformação em curral "clandestino" de cabritos simboliza a situação humanitária em Massangena. Está ali gravada uma grave mensagem: o desenvolvimento humano está a retroceder, pois os níveis de pobreza as taxas de analfabetismo estão a crescer! Segundo dados oficiais, em 2014 cerca de 161 crianças abandonaram a Escola. Dos 4.616 alunos matriculados no presente ano lectivo, em Março já tinham desistido de estudar 74 crianças.

Relativamente às raparigas, sabendo-se que mesmo em condições de estabilidade alimentar não frequentam a escola para além de dois anos de escolaridade, a seca prolongada praticamente anula-lhes qualquer possibilidade de acesso à educação. Ainda em tenra idade, elas são obrigadas a fazerem longas caminhadas, com ou sem as mães, em busca de água, onde ela ainda seja acessível. Este é o caso da Teresinha, de 6 anos, que percorre uma longa distância, diariamente, para a

A Teresinha percorre todos os dias longas distancias em busca de água

recolha de alguma água, junto da lagoa Massangena, na zona de Manoji.

À semelhança de outras crianças desta região, a Teresinha também apresenta sinais visíveis de desnutrição, como o cabelo acastanhado e peso muito abaixo do mínimo tolerável.

Segundo apuramos no local, as escolas recebiam, até finais de 2015, algum apoio em ração alimentar básica, providenciada por Organizações Não-Governamentais, das quais foi destacada a JAM Life. A finalidade era, exctamente, prevenir desistências por fome. Contudo este suplemento foi descontinuado em 2016, acentuando o risco de abandono escolar.

O cenário de abandono da escola repete-se em qualquer localidade de Massangena, a exemplo de Mavue. Aqui encontramos Alfredo Cossa, Professor da EP1 local. Ele disse-nos que, aqui também, devido à fome, as crianças não têm comparecido na Escola. E, explica: "assim que amanhece a prioridade (das crianças) é sair em busca de oportunidade de trabalho e comida, a mando dos pais ou por iniciativa própria".

Alguns adolescentes, com a conivência dos pais, partem para as vilas de Chokwe ou mesmo Chicualacuala, à procura de oportunidades de "trabalho". Isso significa, geralmente, cuidar de gado de outras famílias.

É caso para dizer que, no meio desta pobreza extrema e generalizada, há ainda pobres oferecendo "emprego" a crianças de pais igualmente pobres. Pois, famílias sem alimento entregam as suas crianças a outras famílias, para lhes pastorear o pouco gado ainda sobrevivo. Deste modo, estas famílias asseguram que as suas crianças têm acesso ao mínimo de alimentos para a sua sobrevivência, em troca de trabalho.

Mas há casos sociais mais graves: incapazes de encontrar qualquer meio de sustento, há pais e mães que optam por abandonar as suas aldeias e filhos menores, refugiando-se em Vilas como a da Macia. Na pacata Vila de Massangena, quando a nossa equipa procurava recolher depoimentos de crianças, estas surgiam daqui e dali, algumas vendendo galinhas cafreais, vivas.

Foi o caso do Mary e do Zanele Zitha, de seis e treze anos respectivamente. Os dois apareceram com galinhas vivas junto do Kanyssa, local de hospedagem da nossa equipa, procurando compradores de suas galinhas, a mando de avós e de pais.

Mary, com visíveis sinais de desnutrição, diz que vive com a avó, do lado do pai, porque o pai e a mãe abandonaram a aldeia, à procura de meios de sobrevivência. Mary sabe que a mãe se encontra na Vila da Macia, mas já não sabe do paradeiro do pai.

Por seu lado, Zanete diz que não vai à Escola desde 2014: abandonou-a para ajudar os pais a procurar meios de sobrevivência. Primeiro, começou por faltar dinheiro aos pais para lhe comprar material escolar; mas logo a seguir já nem comida havia em casa: com fome, ninguém pode percorrer longas distâncias, da casa para a escola, e ainda compreender aulas de matemática!

Enquanto decorria a conversa com estes pequenos "vendedores de galinha", outras crianças, esquálidas, rodeavam-nos, curiosas. Algumas aparentavam ser já vítimas de Kwashiorkor, estado de alta desnutrição, causada por falta de proteínas e vitaminas, geralmente associada a elevado consumo de carboidratos, que se pode resumir, neste caso, a farinha de milho e a mandioca.

De avós que acabam ficando a cuidar dos netos, encontramos o exemplo de Tsatsawane, uma anciã de 71 anos de idade. Ela ficou com três netos, a quem garante a sobrevivência preparando uma bebida denominada uchema. Esta, antes de fermentar, é doce e não contém álcool. E após fermentar, é bebida de adultos. "O Sol queimou tudo, o milho e todas as outras culturas", suspira, cansada, a anciã.

Enquanto conversava com a equipa do SEKELEKA-NI, num canto do quintal a vovó Tsatsawane preparava a refeição do dia, cozendo uma melancia, que ia partilhar com os netos, mais tarde.

A resposta do Fundo de Desenvolvimento Distrital

As autoridades procuraram encorajar no sentido de que os projectos concorrentes ao Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD) - vulgarmente conhecido por "7 milhões"- sejam virados para ajudar a mitigar a fome.

Na sequência, foram aprovados, ultimamente, projectos destinados à produção de alimentos, criação de gado, montagem de motobombas para a irrigação de hortas, furos multifuncionais, para o abeberamento do gado, irrigação de pequenas machambas. Houve também alguns projectos destinados à exploração de transporte semicolectivo de passageiros.

Os critérios de seleção dos projectos seguem uma perspectiva de género, com instruções segundo as quais pelo menos 40% dos mesmos devem ser de mulheres, a título individual ou através de associações, ou de alguma forma, beneficando a mulher e a criança.

As mulheres casadas com homens polígamos podem, cada uma, de forma individual ou colectivamente, aceder ao fundo. De um modo geral, cada homem na Província de Gaza casa com três mulheres, e tratando-se de uma sociedade conhecida como profundamente machista, significa que, em teoria, um só homem pode aceder a financiamentos do FDD para três projectos! Mas não tem sido o caso, pois o número de mulheres submetendo projetos para o FDD permanece extremamente diminuto.

Tsatsawane abordando sobre as disficuldades que enfrenta na sua comunidade

É muito comum as mulheres ficarem sozinhas no campo com as crianças

Na sua maioria, contudo, os projectos que as mulheres têm encabeçado não têm sido sustentáveis e, falindo, deixam as suas mutuárias em condições socio – económicas e emocionais piores do que antes: na prática elas ficam endividadas e com o estigma de incompetência. Este é o caso de Maria Dzimba, que com o FDD adquiriu um minibus para fomentar transporte semicolectivo de passageiros, ligando Massangena à Chókw. O mercado foi bem identificado. Contudo, Maria Dzimba idealizou e geriu o projecto sozinha, sem qualquer experiência nem preparação técnica de base, pois há factores de risco por acautelar, como a manutenção sistemática da viatura, entre outros. O projecto não vingou: foi à falência, poucos meses depois.

Por seu lado, os equipamentos de furos de água têm tido avarias constantes e, sem qualquer capacidade local de reparação, o impacto na mitigação dos efeitos da seca tem sido insignificantes. Adicionalmente, frequentes roubos de peças de motobombas, não acessíveis no mercado local, têm também inviabilizado os projetos.

As mulheres que desenvolvem actividades no ramo comercial, nomeadamente na venda de produtos de primeira necessidade no mercado informal (barracas) queixam-se da falta de um armazém em Massangena. Isso obriga-as a frequentes viagens longas, aonde vão adquirir produtos, facto que, por sua vez, torna o negócio inviável, dado o alto custo dos transportes. Por isso um armazém em Massangena viria a calhar, dizem.

Quando a emenda é pior que o soneto

A directiva segundo a qual o FDD deve garantir uma percentagem específica de projectos submetidos por mulheres responde, no caso em apreço, às políticas do governo de combate aos efeitos das mudanças climáticas. Estas determinam que a mulher deve ser envolvida na concepção e implementação de projectos-programas relacionados com mudanças climáticas e uso sustentável dos recursos naturais.
Contudo, a atribuição de tais fundos, fora de consideração de iniciativas de treinamento, ainda que básico, sobre a gestão dos projectos submetidos e aprovados, bem como do respectivo fundo, pode ter efeitos perversos , sobre as mutuárias, talvez piores do que o seu anterior estado de necessidade. Os casos de insucesso e falência encontrados em Massangena denunciam políticas e estratégias governamentais implementadas mecanicamente, onde foram descuradas as realidades locais, no sentido de reforçar a capacidade técnica existente. A falência das iniciativas femininas, num ambiente de forte tradição machista, apenas foram acentuar o mito segundo o qual a mulher não tem capacidade para gerir negócios, sendo esta actividade apanágio exclusivo do homem. O qual é, em Massangena, como na gereralidade da província de Gaza, polígamo e "dono" das suas mulheres!

Outras medidas de mitigação da fome

Além do FDD, o governo distrital tem estado a coordenar ações de mitigação da fome, em parceria com organizações internacionais como o Programa Mundial para a Alimentação- (PMA), a Save the Children, entre outras. Desde Setembro de 2015 que o PMA vem implementando uma iniciativa denominada Projecto e Acção Social Produtiva (PASP). Inicialmente previsto a terminar em Dezembro passado, o PASP foi posteriormente estendido até Maio passado.
Na base da filosofia de "comida pelo trabalho", o projecto seleciona as pessoas mais criticamente atingidas pela seca, para desenvolverem actividades produtivas como fabrico de tijolos, limpeza da vila ou abertura de vias terciárias. Recebem, no final de cada mês, uma cesta básica de milho e feijão. Contudo, o estado de profunda debilidade física em que os beneficiários geralmente se encontram, transforma o seu trabalho quase num novo sofrimento!
No quadro específico da saúde da mãe e da criança (materno-infantil) algum apoio tem vindo do Instituto Nacional da Acção Social (INAS) da delegação de Chicuálacuála. Segundo explica Sara Fenias, enfermeira, com as funções de Ponto Focal de Combate ao SIDA, o apoio do INAS tem consistido na provisão de leite e papas e outros produtores de suplementação alimentar à mãe e à criança.
Mas o rasto das mudanças climáticas, na forma de seca severa, não poderia ser mais dramático em Massangena. Apesar do distrito ter já recebido a energia elétrica da rede nacional em 2015, nele a fome é ainda negra. E, além de tudo, o distrito pode ser vítima de si próprio: fica longe de tudo e tem poucos habitantes! A aliança entre estes dois factores torna as contas de ajuda a Massingir mais pesadas do que em várias outras regiões da Província de Gaza. Porque Massangena já faz limite com a Província de Manica!

Os rastos do "Dineo" sobre a mulher e criança em Inhambane

Ao princípio da tarde do dia 15 de Fevereiro de 2017, a Província de Inhambane foi sacudida por ventos fortes, acompanhados de alguma chuva, que provocaram a queda de árvores e de postes de transporte de energia eléctrica, bem como a danificação infra-estruturas diversas e provocaram sete mortos, além de colocar em risco a vida de milhares de outras pessoas. A queda de coqueiros sobre habitações colocou mulheres, crianças e idosos em graves situações de risco. Enquanto isso, malfeitores viram no desastre uma oportunidade para entrarem em "cena", roubando chapas de zinco e utensílios domésticos, enquanto famílias desalojadas procuravam refúgio em casas de vizinhos. SEKELEKANI seguiu as pegadas do "Dineo" e traz histórias humanas de quem viveu momentos dramáticos de uma "fúria divina" jamais vista.

Destruição de infra-estruturas

Em Fevereiro do presente ano a Cidade de Inhambane foi fustigada por um ciclone denominado "Dineo", cujas consequências mais marcantes consistiram na destruição de habitações e de infra-estruturas, nomeadamente públicas, como escolas e centros de saúde. A queda de árvores, nomeadamente de coqueiros, sobre habitações, foi uma das mais peugadas da fúria do ciclone, que mesmo os mais velhos juram jamais terem visto, no passado.

O ciclone fustigou agressivamente os Distritos de Funhalouro, Homoíne, Inharrime, Jangamo, Mabote, Massinga, Morrumbene, Panda, Vilankulo, Zavala, Cidades de Inhambane e Maxixe, afectando de forma directa mais de 130 famílias. Por outro lado, 29 173 hectares com culturas de milho, feijão nhemba, mandioca, hortícolas e fruteira foram devastados pela fúria dos ventos.

Dentre as famílias atingidas pelos violentos "sopros", encontram-se mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade, algumas ainda em total estado de desamparo, experimentando fome e vivendo sem abrigo condigno.

Para fazer o rescaldo da impiedosa intempérie, a equipa de pesquisa do SEKELEKANI percorreu os distritos de Homoíne, Massinga e Morrumbene, onde testemunhou o drama de famílias que, de um dia para outro, ficaram despojadas de todos os seus haveres, perdidos nas habitações destruídas pela natureza e pilhadas por ladrões que se acoitaram na calada dessa noite tempestuosa e medonha de 15 de Fevereiro.

"Dineo" não queria matar pessoas…

Por todo o lado, comenta-se, entretanto, que este "Dineo", talvez não "quisesse" matar, pois se tal fosse a sua "intenção", a sua fúria teria feito várias centenas de vítimas. "Deus nos poupou a vida", é a frase com que muitos procuram amenizar a dor sofrida pela destruição de suas habitações e derrube de suas árvores, nomeadamente de coqueiros, a planta-símbolo da Província de Inhambane, nomeadamente da sua larga zona costeira.

No Distrito de Morrumbene houve registo de três vítimas mortais, todas atingidas por queda de coqueiros sobre as suas habitações.

Foi nestas circunstâncias que Celeste António, uma jovem de 22 anos, perdeu o seu único filho, um menor de 5 anos, quando tentava protegê-lo. Celeste estava sozinha em casa pois o marido trabalha na África de Sul. "Atrás da casa tinha um coqueiro. Eu deitei a criança debaixo da cama, certa de que ali ela estaria mais segura, mas o coqueiro veio a cair precisamente por cima da cama, atingindo a criança", conta ela, desalentada. Ela diz que saiu para pedir socorro; vizinhos vieram cortar o coqueiro para salvar a criança, mas era em vão: ela tinha sido atingida mortalmente pelo coqueiro. "Mesmo assim levamos a criança para o hospital", continua. Mas era apenas para reconfirmar o óbito.

Já melhor sorte teve Maurício João, que afirma ter visto a morte bem perto de si, e da qual acredita ter escapado por milagre. "Eu, a minha esposa e filhos estávamos a dormir, e uma das chapas de zinco que cobrem a casa começou a abanar. Aí a minha esposa despertou e mudamos a posição da cama. Daí a segundos vimos um coqueiro cair, exactamente entre nós os dois! Daí levantamos e subimos pelo próprio coqueiro e fomos pedir refúgio na vizinhança. Fiquei muito tempo sem ânimo para reconstruir a casa, porque estava com trauma: não acreditava que tinha escapado da morte.

Todas as chapas de zinco ficaram destruídas e só com a ajuda de pessoas de boa vontade consegui cobrir de novo a casa", conta João, que já tem a casa reabilitada.

Histórias semelhantes, de sobreviventes "por milagre" são também contadas no distrito de Massinga.

Mariana Massingue, uma idosa com dificuldades de locomoção, conta que no dia do ciclone encontrava-se de cama, doente. Foi então socorrida por uma vizinha que, apercebendo-se da intensidade do vento, convidou-a para se abrigar em sua casa. "É assim que escapei, pois a minha casa ficou totalmente destruída. Regressei três dias depois, pois não conseguia andar. Enquanto refugiada em casa da vizinha, larápios invadiram a sua casa e roubaram-lhe a única manta que tinha. "Já consegui recuperar a casa, mas preciso da manta porque sinto muito frio"., lamenta-se a septuagenária.

Amélia Homo é outra idosa que considera que sobreviveu por milagre. E conta: "Eu ando doente; não consigo fazer nada; até para me mexer é difícil.

Casa improvisada para albergar uma família

Eu vi tudo acontecer e achei que fosse morrer. Se sobrevivi é porque Deus assim quis. Aqui havia duas casas; quando tentava fugir de uma casa para outra, vi dois paus caírem à minha frente; acto contínuo vi uma chapa de zinco a descair em minha direcção. Os vizinhos viram que estava aflita e vieram em meu socorro; mas ao sair de casa um coqueiro partiu-se e vinha para cima de mim. Ai atirei-me ao chão, e o coqueiro não me atingiu", conta, incrédula, a vovó Amélia. Dias depois o governo local ofereceu-lhe uma tenda, para se abrigar.

Para evitar, no futuro, casos desta natureza, as autoridades locais estão a mobilizar e sensibilizar as comunidades para eliminarem todos os coqueiros que constituam perigo ao redor de residências.

Ao longo do percurso encontramos famílias ao relento, ao lado de árvores tombadas no chão e queimadas como se uma chama de fogo tivesse passado por elas.

Este é o caso de Mónica Gilmar, único membro sobrevivo da sua família. Naquela fatídica tarde, ao aperceber-se da fragilidade da sua casa, ante os ventos fortes que vinham do lado do mar, Mónica segurou em suas mãos apenas um lençol e foi pedir refúgio à casa mais próxima. Com a queda da sua casa, ela conta que perdeu tudo, incluindo alimentos, loiça e outros haveres domésticos. Para sobreviver e procurar recuperar alguns bens e comprar chapas de zinco para voltar a cobrir a sua barraca, Mónica cultiva em machambas de terceiros onde recebe 150 meticais, por parcela. Contudo, esta mesma actividade tornou-se rara, pois quase todas as famílias foram vítimas do mesmo desastre natural.

Especial atenção a crianças e idosos solitários

No Distrito de Massinga onde ficou inundada uma área de 135 hectares com culturas de milho, batata-doce e hortícolas encontramos três crianças vivendo sozinhas. Estêvão de 17 anos é o mais velho. Ele conta que perdeu o pai ainda muito cedo e sua mãe casou com outro homem e os deixou a sós há sensivelmente um ano. " Estávamos com muito medo", diz Estêvão ao recordar-se do dia ciclone

" Nos primeiros dias, depois de nos deixar, a mamã costumava ligar-nos; mas depois deixou; já não liga. No dia-a-dia fazemos alguns biscates para ter o que comer. Nenhum de nós vai à escola; só ficamos aqui", acrescenta Estêvão.

Segundo refere o líder comunitário local, os três menores serão alvos de assistência especial, nomeadamente no que diz respeito a fornecimento de alimentos. "Os vizinhos ajudaram a construir uma barraca só para que eles conseguissem dormir", informa o líder local.

Maimuna tem três filhos e vive com a mãe idosa. Sem renda fixa ela foi uma das primeiras beneficiárias das referidas casas feitas de zinco. No dia do ciclone ela, seus filhos e sua mãe arriscaram suas vidas dormindo numa casa de construção precária que localmente chamam barraca. Mas esta veio a desabar horas depois. Com a casa nova Maimuna sente que estará mais segura e sua família mais protegida e agradece o apoio do governo.

Por alguns dias as crianças ficaram sem ir à escola, porque grande parte das salas haviam sido destruídas. A este propósito, a Administradora de

Morrumbene, Elsa Armando, informa que a situação tende a voltar à normalidade: alunos, professores e encarregados de educação engajaram-se na reabilitação de salas de aulas e, em algumas zonas, onde as destruições foram mais graves, foram instaladas tendas.
O governo provincial, em parceria com organizações humanitárias, tem estado a realizar missões de levantamento de danos pelos distritos, para prestação de algum apoio, principalmente providenciando "kits" de abrigo às pessoas mais vulneráveis. Trinta casas serão construídas em Morrumbene e em outros distritos, para os mais afectados, com especial atenção para deficientes, crianças, mulheres e idosos.

A força da solidariedade e da boa vizinhança

Uma onda de solidariedade moveu-se antes, durante e depois do ciclone, em que vizinhos socorriam-se uns aos outros: aqueles cujas habitações não haviam sido de qualquer forma danificadas prontamente acomodavam os que iam ficando desabrigados e correndo o risco de vida. Bernado Homoine foi uma dessas pessoas solidárias. Homoine albergou cerca de 15 pessoas em sua residência por uma semana. Ele conta que naquele dia ficaram acordados a noite toda devido ao medo. Sendo que a sua casa tem apenas dois quartos, os homens dormiram num, e mulheres noutro. Cada família cuidava da sua própria alimentação.
Sheila Mariza e seus irmãos órfãos beneficiaram desse espírito solidário, até duas semanas depois, quando a equipa do SEKELEKANI fez este percurso. A casa deles ficou completamente destruída e eles não tem recursos para reergue-la. Entretanto, contrariando este espírito solidário, bandos de malfeitores percorreram as casas descobertas ou semi-destruídas, saqueando-as, ao longo da noite do "Dineo". As vítimas, dadas as circunstâncias em que perderam os seus bens, contam estas histórias com sentida mágoa.
Com esta intempérie, duas lições foram aprendidas em Inhambane: a primeira é que coqueiros e demais árvores devem estar distantes das habitações. A segunda é que, com espírito de solidariedade, os vizinhos podem apoiar-se uns aos outros, independentemente de qualquer laço de parentesco, e assim minimizarem as consequências de eventos nefastos e imprevisíveis." Dineo"passou, mas ainda vai levar muito tempo, até que a sua violência e o seu rasto de destruição se apaguem, sobretudo na memória de quem dele sobreviveu por… "milagre".

PERFIL GERAL

SEKELEKANI é uma instituição moçambicana independente, sem fins lucrativos, de promoção de comunicação para o desenvolvimento. Este conceito refere-se a sistemas de comunicação em dois sentidos, orientados para enaltecer o diálogo entre os decisores de políticas públicas e as partes interessadas, nomeadamente as comunidades destinatárias do desenvolvimento, permitindo-lhes exprimir os seus pontos de vista, as suas aspirações e preocupações, participando, desse modo, na formulação da agenda do seu desenvolvimento.

Visão

Através dos princípios da comunicação para o desenvolvimento, SEKELEKANI vai desempenhar papel-chave na produção e disseminação de informação de qualidade sobre processos de desenvolvimento económico e social de Moçambique, amplificando as vozes dos cidadãos e estreitando os canais de comunicação entre estes e os poderes públicos e privados e outros intervenientes.

Missão

A missão do SEKELEKANI é fortalecer a base do conhecimento público sobre processos de desenvolvimento económico e social de Moçambique, bem como as suas implicações, através da disponibilização de informação de qualidade aos cidadãos, entidades governamentais, organizações não-governamentais e da sociedade civil, agências de desenvolvimento, sector privado, entidades eleitas e a comunicação social.

II. Programas

SEKELEKANI prossegue a sua missão, implementando actividades diversas no âmbito dos seguintes quatro programas:

- Democracia e Governação
- Desenvolvimento dos Media e TICs
- Recursos Naturais e Ambiente
- Pesquisa e Documentação

No âmbito do Programa de Recursos Naturais e Ambiente, SEKELEKANI possui uma Agência de Noticias da Sociedade Civil (CIVILINFO), acessível na seguinte página da Internet: www.civilinfo.org.mz

Contactos

Av. Vladimir Lenine, Nº 2964
Tel. fixo (+258) 21418130. Telemóvel 823020570
Email: info@sekelekani.org.mz
Página web: www.sekelekani.org.mz